



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ATUALIDADE SOBRE ÉTICA E ÉTICA
PROFISSIONAL NAS DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE**

CAMPINA GRANDE – PB

JUNHO DE 2024

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ATUALIDADE SOBRE ÉTICA E ÉTICA
PROFISSIONAL NAS DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Área de Concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega.

CAMPINA GRANDE – PB

JUNHO DE 2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Sáskya Gonçalves de.
A produção de conhecimento na atualidade sobre ética e ética profissional nas dissertações dos programas de pós-graduação em serviço social no Nordeste. [manuscrito] / Sáskya Gonçalves de Lima. - 2024.
92 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Serviço social. 2. Produção do conhecimento. 3. Pós-graduação. 4. Ética. 5. Ética profissional. I. Título

21. ed. CDD 361.2

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ATUALIDADE SOBRE ÉTICA E ÉTICA
PROFISSIONAL NAS DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social,
Questão Social e Direitos Sociais.

Aprovada em: 28/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Mônica Barros da Nóbrega

Profª Drª Mônica Barros da Nóbrega
(Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Profª. Drª. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Documento assinado digitalmente
KATHLEEN ELANE LEAL VASCONCELOS
Data: 02/06/2024 21:02:23-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profª. Drª. Kathleen Elane Leal Vasconcelos

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Escrever esses agradecimentos tem uma carga diferente dos que eu escrevi em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2020. Apesar de ter finalizado meu curso de graduação em plena pandemia da COVID-19, minha saúde mental ainda se encontrava melhor do que agora. Entretanto, apesar de todas as adversidades enfrentadas nesses dois anos de pós-graduação, seja no âmbito do próprio mestrado, seja no âmbito da vida pessoal, estou profundamente grata e aliviada por conseguir finalizar esse processo.

Pesquisar e falar sobre ética e ética profissional não foi uma tarefa fácil. Exige um esforço mental para adentrar nesse mundo predominantemente filosófico, fazer nossas reflexões e dialogar com autores que estudam essa mesma temática. Acredito que fiz o meu melhor, dada as condições que me foram apresentadas e sou feliz por isso.

Assim, eu sou a primeira pessoa que gostaria de agradecer, principalmente por não ter desistido, ter abdicado de fins de semana, sono e de leituras para além da academia, no intuito de me dedicar a escrita da dissertação em breve apresentada. Considero importante reconhecer e abraçar os nossos esforços, como o indivíduo singular que somos.

Porém, não teria conseguido sem considerar a totalidade do processo. Aqui entram outros atores essenciais para nos abraçar e apoiar nessa caminhada.

Aos meus pais, por todo suporte oferecido. A minha mãe, por sempre ter acreditado em mim e falar que sou inteligente nos dias que eu não me sentia capaz. Ao meu pai, pelo suporte financeiro e por querer o melhor futuro para mim.

Aos meus gatos, que sempre estavam por perto da humana quando ela se sentava em frente ao notebook para ler e digitar, oferecendo o prazer e a calma de suas companhias. Blue (*in memoriam*), Bibs e Menina, obrigada, amo vocês.

A minha orientadora, Mônica Barros, que vem me acompanhando nesse processo de orientação desde a graduação. Obrigada pelas contribuições e os incentivos. Por conseguinte, agradeço desde já a banca, composta por Moema Serpa e Kathleen Vasconcelos, que aceitou avaliar esse trabalho e conceder suas contribuições para o aprimoramento dele.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pela bolsa concedida. Foi de fundamental importância para a permanência na pós-graduação. Espero que outros tenham a mesma oportunidade que eu tive e que se valorize mais a pós-graduação brasileira, afinal, é o espaço mais fértil para a realização de pesquisas científicas.

A UEPB, pelo espaço concedido para a efetivação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), tanto ao corpo docente do PPGSS, que compartilhou o saber com a turma, auxiliando-nos no processo de construção das dissertações.

As amigas que escutaram meus surtos durante esse processo e falavam que daria certo, especialmente a Lyzandra e Gabriely que, assim como eu, fazem parte do mundo do Serviço Social e me entendiam como ninguém.

A minha psicóloga, Kerolayne Albuquerque, por ter me feito encarar minha dissertação como o trabalho que ela é, fazendo com que eu me sentasse em frente ao notebook e fizesse o que tinha que ser feito.

E por fim, porém não menos importante, agradeço a Deus, meu melhor amigo, por ter segurado a minha mão durante todo o percurso e me trazido conforto nos dias que eu mais precisei.

A todas as pessoas (e animais) presentes nesses agradecimentos, meu mais sincero e profundo obrigada!

“Se avexe não

Toda caminhada começa no primeiro passo

A natureza não tem pressa, segue seu compasso

Inexoravelmente chega lá”

(A Natureza das Coisas – Accioly Neto)

RESUMO

A presente dissertação buscou apreender o debate existente acerca da ética e da ética profissional nas dissertações de mestrado em Serviço Social das universidades públicas do Nordeste. Teve como objetivo geral analisar a direção social da produção de conhecimento nas dissertações disponíveis eletronicamente nos programas de pós-graduação das universidades públicas do Nordeste, no lapso temporal de 2013 a 2019, sobre a ética e a ética profissional. Como objetivos específicos, mapeamos nos bancos de teses e dissertações dos referidos programas, as dissertações que tratassem da ética e/ou da ética profissional; identificamos no debate realizado nas referidas dissertações se existe o entendimento e crítica ao conservadorismo, o qual acompanha a profissão desde sua emergência; discutimos a interlocução dessas dissertações com o que é acordado hegemonicamente na profissão sobre as concepções de ética e ética profissional, essa feita através do aporte bibliográfico da pesquisa. Metodologicamente, utilizamos o método marxista para apreender a realidade social de forma radicalmente crítica, produzindo conhecimento científico articulando a ciência e a filosofia. A pesquisa realizada foi do tipo documental e bibliográfica, em que foram utilizados as dissertações, livros, artigos científicos e os 05 (cinco) Códigos de Ética presentes no Serviço Social (1947, 1965, 1975, 1986 e 1993) para fomentar a nossa pesquisa. Dessa forma, os resultados sugerem que as 06 (seis) dissertações por nós analisadas estão em concordância com o que temos hegemonicamente como ética e ética profissional no Serviço Social, ancoradas na ontologia do ser social, na perspectiva crítica. Entretanto, constatamos a escassa produção da temática na pós-graduação, e assim esperamos que o nosso trabalho estimule/contribua para a discussão nessa área, pois é de grande importância fomentarmos a produção do conhecimento.

Palavras-Chave: Serviço Social. Produção do Conhecimento. Pós-Graduação. Ética. Ética profissional.

ABSTRACT

This dissertation sought to capture the existing debate about ethics and professional ethics in master's dissertations in Social Work at public universities in the Northeast. Its general objective was to analyze the social direction of knowledge production in dissertations available electronically in postgraduate programs at public universities in the Northeast, in the period from 2013 to 2019, on ethics and professional ethics. As specific objectives, we mapped the dissertations that dealt with ethics and/or professional ethics in the theses and dissertations databases of the aforementioned programs; we identified in the debate carried out in the aforementioned dissertations whether there is understanding and criticism of conservatism, which has accompanied the profession since its emergence; we discuss the interlocution of these dissertations with what is hegemonically agreed in the profession about the concepts of ethics and professional ethics, this done through the bibliographical contribution of the research. Methodologically, we use the Marxist method to grasp social reality in a radically critical way, producing scientific knowledge by articulating science and philosophy. The research carried out was documentary and bibliographical, in which dissertations, books, scientific articles and the 05 (five) Codes of Ethics present in Social Services (1947, 1965, 1975, 1986 and 1993) were used to promote our research. Thus, the results suggest that the 06 (six) dissertations we analyzed agree with what we hegemonically have as ethics and professional ethics in Social Work, anchored in the ontology of the social being, in the critical perspective. However, we noted the scarce production of the topic in postgraduate studies, and so we hope that our work stimulates/contributes to the discussion in this area, as it is of great importance to encourage the production of knowledge.

Keywords: Social Work. Knowledge Production. Postgraduate studies. Ethic. Professional ethics.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.....	63
QUADRO 2.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- ABAS** – Associação Brasileira de Assistentes Sociais
- ALAETS** – Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social
- Andes** – Docentes das Instituições de Ensino Superior
- BM** – Banco Mundial
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBCISS** – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CELATS** – Centro Latinoamericano de Trabajo Social
- CEDEPSS** – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
- CEP** – Código de Ética Profissional
- COVID-19** – Corona Virus Disease 2019
- CFAS** – Conselho Federal de Assistentes Sociais
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRAS** – Conselho Regional de Assistentes Sociais (antiga nomenclatura)
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social
- EaD** – Ensino à Distância
- EBSERH** – Escola Brasileira de Serviços Hospitalares
- ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- ENESSO** – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FUFPI** – Fundação Universidade Federal do Piauí
- FUFSE** – Fundação Universidade Federal de Sergipe
- GETRAPS** – Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social
- GTPs** – Grupos Temáticos de Pesquisas
- LBA** – Legião Brasileira de Assistência Social
- LGBTQIAPN+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binárias, Mais
- LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal

MHD – Materialismo Histórico-Dialético
MASS – Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMC – Organização Mundial do Comércio
PI – Piauí
PDAE – Plano Diretor do Aparelho do Estado
PEP – Projeto Ético-Político
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA – Plano Plurianual
PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SESC – Serviço Social do Comércio
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS – Sistema Único de Saúde
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA CONJUNTURA DAS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	17
2.1. A CRISE ESTRUTURAL DE 1970, SEUS REBATIMENTOS NA CRISE DE 2008 E O CONTEXTO BRASILEIRO	17
2.2. REBATIMENTOS CONJUNTURAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	28
3 SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA.....	35
3.1. A BASE ONTOLÓGICO MATERIAL DA ÉTICA PARA O SERVIÇO SOCIAL	35
3.2. A ÉTICA PROFISSIONAL	45
4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	53
4.1. SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: UM PANORAMA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA	61
5 UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES APROVADAS E DISPONIBILIZADAS ELETRÔNICAMENTE SOBRE ÉTICA E ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE 1 - ROTEIRO – COLETA DE DADOS.....	88

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação busca apreender o debate existente acerca da ética e da ética profissional nas dissertações de mestrado em Serviço Social das universidades públicas do Nordeste, no lapso temporal de 2013 a 2019, conjuntura de avanço do conservadorismo a nível mundial, do reforço dos valores e da moral conservadora, que vem repercutindo no desmonte de direitos, na precarização do trabalho e na produção de conhecimento.

A ética, segundo Barroco (2010), se configura como ação prática dotada de moralidade que extrapola o *dever-ser* e se coloca como uma práxis, o que supõe uma prática concreta e uma reflexão crítica. Ainda de acordo com a autora, a ação da ética é dada pela liberdade, compreendida ontologicamente como uma capacidade humana inerente ao trabalho, pondo em movimento capacidades essenciais do ser humano genérico como a sociabilidade, universalidade, consciência e liberdade, que são categorias ontológica-sociais.

No que toca a ética profissional, esta pode ser considerada um modo particular de objetivação da vida ética. Ela se apresenta com suas particularidades, advindas de um *ethos* profissional inserido num contexto sócio-histórico que o molda de acordo com as necessidades, demandas e respostas em determinado contexto histórico. De acordo com Barroco (2010, p. 20):

[...] a ética profissional é tomada em suas particularidades, como expressão: de um *ethos* sociocultural e profissional, da moralidade profissional, de suas bases teóricas e filosóficas, do produto concreto de sua prática, de sua normatização. Tais particularidades são situadas entre as suas demandas ético-políticas e as suas respostas, em cada momento histórico.

O debate sobre a ética no Serviço Social ganhou destaque no final dos anos 1970 por conta das profundas mudanças teórico-metodológicas que se expressavam na profissão. Ele se fortaleceu no meio profissional nas décadas seguintes, com a aprovação do Código de Ética de 1986 e posteriormente do Código de Ética de 1993, além da aproximação com as ideias do filósofo húngaro György Lukács, que participou do processo de renovação da ética marxista, incorporada em nossa própria ética profissional.

Todas as expressões citadas anteriormente são também conquistas determinadas pela conjuntura sócio-histórica da época, em que o Brasil saía de um regime totalitário, em meio às lutas da sociedade em prol da democracia e da reconquista de direitos retirados durante o então regime ditatorial. Dessa forma, iniciam-se também as iniciativas das entidades da categoria profissional, a exemplo do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Ensino) e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em busca da construção de um

projeto profissional pautado nos valores emancipatórios, explicitando à crítica ao conservadorismo societal e profissional.

Como objetivo geral, optamos em analisar as concepções sobre a ética e a ética profissional no serviço social nas dissertações aprovadas e disponibilizadas eletronicamente nos programas de pós-graduação das universidades públicas do Nordeste, no lapso temporal de 2013 a 2019. A escolha desse lapso deu-se por sugestão da banca de qualificação do projeto, pois argumentou-se que foi um período de grandes transformações a nível nacional – e internacional – que refletiam no nosso objeto de estudo, ou seja, na ética e ética profissional. Considerando que o período do mestrado é de dois anos, fez-se necessário um lapso maior para poder fundamentar de forma coerente o nosso objeto.

Como objetivos específicos, mapear nos bancos de teses e dissertações dos referidos programas as dissertações que tratassem da ética e/ou da ética profissional; identificar no debate realizado nas referidas dissertações se existe o entendimento e crítica ao conservadorismo que acompanha a profissão desde sua emergência e apreender a interlocução do conteúdo dessas dissertações com o que é acordado hegemonicamente na profissão sobre os conceitos de ética e ética profissional.

A pesquisa que deu origem a esta dissertação foi do tipo documental e de revisão de literatura. Os documentos utilizados foram as dissertações disponibilizadas eletronicamente e as legislações pertinentes ao tema. As bibliografias foram livros, artigos científicos e demais materiais que tratam da temática, para aprofundarmos a nossa apreensão do objeto de estudo. Alguns dos autores utilizados foram Maria Lúcia Barroco, Ernest Mandel, Cristina Maria Brites, José Paulo Netto, Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, dentre outros.

Utilizamos o Materialismo Histórico-dialético (MHD) desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, pois nos oferece uma maneira de apreender a realidade social e sua complexidade de forma radicalmente crítica, suas contradições e as transformações por meio de uma análise histórica, social e econômica para produzir conhecimento científico articulando a ciência e a filosofia.

Este método nos permitiu uma apreensão a luz da luta de classes, trazendo à tona a contradição, a totalidade e a mediação existente neste modo de produção causador da questão social. Portanto, tratou-se, de uma análise crítica por meio do MHD, uma vez que este método, como destaca Gil (2008, p. 14) “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, logo, não considerando os fatos sociais isoladamente, mas na perspectiva da totalidade complexa da realidade social, captando as tendências do objeto, de estudo, indo além da aparência do fenômeno.

No que diz respeito a sua natureza, a pesquisa foi explicativa, que, conforme Gil (2008), busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento sobre uma realidade explicada através da racionalidade e, portanto, por meio de múltiplas aproximações ao objeto. A pesquisa também foi exploratória porque se tratou de uma primeira aproximação de nossa trajetória acadêmica ao objeto.

A análise dos dados realizamos a luz dos objetivos da pesquisa, relacionando-os à literatura e às categorias do MHD, além das categorias analíticas: a conjuntura sócio-histórica, o serviço social, a produção de conhecimento, a ética e a ética profissional. Os resultados dessa análise foram organizados em uma síntese que expôs o objeto de estudo como “concreto pensado”, ou seja, apresentamos o objeto como fenômeno complexo da realidade social, explicitando as suas principais determinações, contradições e tendências, que estavam ocultadas na aparência do objeto.

Utilizamos como ponto de partida as dissertações sobre a temática defendidas, aprovadas e disponibilizadas eletronicamente nas universidades públicas do Nordeste, no lapso temporal de 2013 a 2019. No total, existem 12 (doze) universidades públicas no Nordeste, de acordo com os dados recolhidos na Plataforma Sucupira. Desses apenas 10 (dez) possuem mestrado antes de 2019.

Os descritores utilizados para encontrar as dissertações que falassem da temática foram as palavras ética, ética profissional e valores, podendo elas serem encontradas tanto nos títulos ou nas palavras-chaves das referidas dissertações. Assim, foram encontradas 721 dissertações na área de Serviço Social, mas apenas 06 (seis) atenderam aos critérios da pesquisa, formando a nossa amostra. A pesquisa foi realizada nos repositórios institucionais das universidades públicas federais ou estaduais, considerando apenas aquelas que estavam disponíveis em sua totalidade eletronicamente.

Para poder mapear as dissertações, montamos um quadro/roteiro contendo: instituição/nome do programa, ano de defesa da dissertação, título da dissertação, autor(a)(s), conteúdo da dissertação, comentários da pesquisadora sobre as dissertações. A construção desse quadro/roteiro foi essencial para fazermos uma primeira aproximação com o nosso objeto de estudo, no caso as dissertações, e ele está nos apêndices.

A nossa motivação pela temática ocorreu em decorrência dos debates em sala de aula sobre a temática da produção de conhecimento sobre a ética e ética profissional quando era graduanda em Serviço Social e membro do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). Consequentemente, buscamos contribuir com a agenda de debates na profissão, por entender que o tema é de extrema importância para o *ethos* profissional, sobretudo, no

contexto tão adverso para as ideias e lutas progressistas. Importância esta revelada nos princípios das Diretrizes Curriculares de 1996, que diz em seu décimo artigo que a ética é “princípio formativo perpassando a formação curricular” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 7).

Além disso, no ano de 2023, o Código de Ética Profissional de 1993 completou 30 anos de existência, um marco importante para a ruptura com a hegemonia do pensamento conservador na profissão.

Nessa perspectiva, fez-se necessário trazer, sumariamente, o debate sobre a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e os seus rebatimentos na sociabilidade, considerando que as novas configurações advindas desse processo e seus desdobramentos nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, impactam no exercício profissional dos/as assistentes sociais e na sua produção de conhecimento sobre as diversas manifestações e contradições da sociabilidade contemporânea, incluindo a temática aqui apresentada.

Além disso, buscamos tratar da produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, destacando os programas de pós-graduação nos quais foram mapeadas as dissertações utilizadas para a realização da pesquisa, dentro da temática da ética e da ética profissional. De acordo com Mota (2013, p. 18) o Serviço Social “ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social [...]”. O Serviço Social sai do status de apenas uma profissão para se tornar uma produtora de conhecimento, por conta da sua maturidade intelectual e qualificação dos seus docentes, sendo importante salientar que, apesar disso, não se constitui uma ciência.

Trazemos também o debate sobre a perspectiva ética que estudamos no Serviço Social, aliada a ética profissional utilizada, que se materializa em matérias como o Código de Ética Profissional de 1996.

Para sabermos se as dissertações selecionadas estavam de acordo com a concepção de ética hegemônica no Serviço Social, ou seja, pautada na perspectiva ontológica, foram lidos os resumos, sumários, introdução, capítulos que tratassem da ética e as considerações finais. Chegamos ao resultado de que elas estão de acordo com o que é proposto hegemonicamente na profissão, o que indica o compromisso ético-político dos profissionais.

Percebeu-se, também, uma escassez de produção sobre a temática no âmbito da pós-graduação, o que confere urgência à produção de conhecimento sobre a referida temática, dada a sua importância para a formação e para o cotidiano do trabalho do/da assistente social. A ética é um campo complexo do conhecimento e um dos maiores desafios da contemporaneidade é

qualificar a direção social de nossas ações, defender a liberdade, a democracia e os direitos humanos.

Em suma, a relevância do tema desta dissertação se expressa pela necessidade de apreender as concepções sobre ética e ética profissional na profissão e pela escassa produção sobre a temática na área, bem como estimular novos estudos na profissão.

2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA CONJUNTURA DAS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

2.1. A CRISE ESTRUTURAL DE 1970, SEUS REBATIMENTOS NA CRISE DE 2008 E O CONTEXTO BRASILEIRO

Para discorrer sobre a temática de acordo com o método crítico-dialético faz-se necessário uma análise da totalidade, a fim de perceber o nosso objeto de pesquisa em sua essência. Dessa forma, discutir sobre o sistema capitalista e suas crises, principalmente a crise contemporânea que se iniciou na década de 1970 é de fundamental importância para a apreensão do objeto aqui estudado.

A crise estrutura de 1970, com base no pensamento de Mészáros, é “justamente pela passagem da destruição produtiva à produção destrutiva, enquanto dinamismo fundamental do sistema em crise” (Polese, 2016, p. 43), que, concomitante retoma os modos de exploração, que deveriam estar superados, como a escravidão. É como se anunciasse o esgotamento do sistema capitalista. Para ser entendida como uma crise estrutural do capitalismo, Mészáros (2002, p. 796) elenca quatro aspectos para identificá-la como tal:

1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera [...] 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.

Dessa forma podemos entender as crises, de acordo com Mota (2009), como o desequilíbrio entre produção e consumo no sistema capitalista, e não ocasionam necessariamente o fim deste sistema, mas acirram, no período histórico em que ocorrem, as contradições inerentes a ele. Assim, para conseguirem se manter, as classes dominantes elaboram estratégias de reestruturação do capitalismo, utilizando-se de aportes sociais, culturais, políticos e econômicos.

Segundo Carcanholo (2010), duas coisas são essenciais para entender a natureza do sistema capitalista: a primeira é que o processo de acumulação de capital se dá em ciclos e a segunda é a perspectiva marxista como um referencial teórico sólido para se entender esse fato. Por isso, para entendermos as crises cíclicas do capital, a teoria de Marx é uma das mais sólidas para atender a este propósito, pois, conforme Carcanholo (2010) acumulação de capital e crise

cíclica são termo quase “sinônimos” em Marx, por expressarem o mesmo movimento real, dialético e contraditório da economia capitalista.

Apesar de as crises serem inerentes ao sistema capitalista, elas não podem ser consideradas naturais. De acordo com Mota (2009, p. 3), as crises propagam um “período histórico de acirramento das contradições fundamentais do modo capitalista de produção que afetam sobremaneira o ambiente político e as relações de força entre as classes”. Assim, essa dinâmica de *crise-reestruturação* (Mota, 2009), incide nas relações sociais, redefinindo as relações entre Estado, sociedade e mercado, através de medidas como reformas e contrarreformas, em busca de continuar a garantir a acumulação capitalista.

Além disso, essa crise apresentou duas especificidades em relação as crises clássicas da economia capitalista mundial: mantém e acentua a inflação, mesmo nos períodos de recessão; e a recuperação desta crise cíclica não se processou mais nos moldes tradicionais, em específico, o desemprego que não para de aumentar, assumindo um caráter crônico (Carcanholo, 2010). Assim, o capitalismo, que estava em um momento de *onda longa expansiva*, termo designado por Mandel (1990), entrou em uma onda longa recessiva “a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas” (Netto e Braz, 2012, p. 226).

Para além dos determinantes econômicos aqui citados, vale destacar que eles não foram os únicos. Vetores sociopolíticos e culturais também foram de grande importância para o desague dessa crise. Em concordância com Netto e Braz (2012), a pressão organizada pelos trabalhadores foi um dos momentos mais decisivos na abertura dos anos 1960 e na abertura da década seguinte: o aumento do peso sindical nos países centrais demandaram melhorias salariais e contestavam o modelo de produção baseado no taylorismo-fordismo. Além destes, as modificações culturais que ocorreram através dos movimentos de categorias sociais específicas, o que hoje conhecemos como minorias, a exemplo de movimentos estudantis, o movimento negro que ocorreu nos Estados Unidos em defesa dos direitos e maior visibilidade para o movimento feminista, que tem a prerrogativa da defesa da equidade entre homens e mulheres e os direitos dessas.

Com todo esse cenário montado, o capital buscou alternativas para superar a crise e continuar o seu processo de acumulação. As respostas começam a ser dadas a partir dos anos 1980, alcançando o seu ápice em 1990: a reestruturação produtiva, a financeirização do capital e o neoliberalismo. Esse processo reestruturativo foi orquestrado a partir do Consenso de Washington – ocorrido nos Estados Unidos no ano de 1989 para discutir a implementação das políticas econômicas neoliberal nos países da América Latina –, e operacionalizado através do

Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), e pela Organização Mundial do Comércio (OMC), ajustando assim as economias dependentes às necessidades do capital internacional.

A reestruturação produtiva se deu pela passagem de um modelo econômico centrado no keynesianismo-fordista para o neoliberalismo alinhado ao modelo de produção toyotista. Ou seja, se antes da crise tínhamos uma intervenção maior do Estado sobre economia aliado a um modelo de produção em massa, com trabalho em série e especializado, após ela, passamos a ter uma menor intervenção do Estado sobre a economia com um modelo de produção flexível, para consumo imediato e com poucas divisões de tarefas entre os trabalhadores, em que geralmente um só pode realizar várias funções.

Além disso, o modo de produção toyotista corroborou com a precarização do trabalho e a obsolescência das coisas. Se antes os produtos, como por exemplo eletrodomésticos, eram feitos para durarem por anos, com esse novo modelo de produção, pautado no *just in time* (produção norteada pelas demandas do mercado), os produtos adquiriram um curto tempo de vida útil, o que aumenta a necessidade de troca e, dessa forma, aumenta também o consumo.

Mota (2009, p. 11) discorre sobre a criação de um novo tipo de trabalho/trabalhador nesse processo, explicitando as diferenças entre os trabalhadores das economias centrais e das economias periféricas. De acordo com a referida autora:

Trata-se de construir um novo *trabalho/trabalhador coletivo* à base de uma nova divisão internacional e sociotécnica do trabalho, que mantém a parte nobre (planejamento, projetos, pesquisa em C&T, *designers* etc.) da produção nos países centrais, enquanto transfere para os países periféricos o *trabalho sujo e precário*, contando com uma mão-de-obra barata, a heterogeneidade de regimes de trabalho, a dispersão espacial e a desproteção dos riscos do trabalho.

Netto e Braz (2012) corroboram ao falar que existem três implicações imediatas para o deslocamento dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos, que é justamente resultado dos avanços técnico-científicos proporcionados pela reestruturação produtiva. A primeira implicação diz respeito ao trabalhador coletivo, pois se “tornam cada vez mais amplas e complexas as operações e atividades intelectuais requeridas para a produção material” (Netto e Braz, 2012, p. 228-229). A segunda implicação é sobre as exigências sobre a força de trabalho envolvida na produção, em que ela precisa ser qualificada e polivalente, ou seja, o trabalhador necessita ter uma qualificação mais alta e a capacidade de realizar múltiplas funções em sua atividade laboral. Por fim, a terceira implicação diz respeito a gestão da força de trabalho, em que os trabalhadores não são chamados mais de “operários” ou “empregados”, e sim como “colaboradores” ou “associados” em uma falsa ideia de que fazem parte ativa dos lucros daquela

empresa capitalista, reduzindo a hierarquia mediante a utilização de equipes de trabalho, desvirtuando esses trabalhadores da consciência de classe.

A financeirização do capital também é uma das consequências advindas da crise estrutural dos anos 1970. Esta é uma nova etapa do desenvolvimento do sistema, que tem como direção hegemônica o capital financeiro, este, que de acordo com Alves (2005, p. 412) “representa aquela fração de capitalistas que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias, permanecendo, deste modo, no interior do próprio mercado financeiro”.

Portanto, os países da América Latina – incluindo o Brasil – vivenciaram em 1970, através de um cenário externo favorável, um relativo crescimento mesmo no contexto de crise internacional. O responsável por esse crescimento foi o ciclo de alta na liquidez internacional, o que significa a criação/ampliação de espaços de valorização para o capital que estava sobreacumulado, o que redundou no crescimento do mercado financeiro (Carcanholo, 2010). Nos anos 1980, esses países explodiram em dívida externa, fazendo com que fossem buscadas formas de superá-la, o que se deu, basicamente, com a transformação da dívida em títulos, que podiam ser transacionados no mercado.

Dessa forma, Netto e Braz (2012, p. 246) apontam que é no marco da financeirização do capitalismo que se torna compreensível a questão da dívida externa dos países periféricos, o que acaba gerando as propostas de “ajustes” nas economias e “reformas” recomendadas pelos organismos internacionais, a exemplo do FMI, que representam os interesses das oligarquias financeiras. Não que a dívida externa não existe anterior a este marco, mas ela ganha uma maior proporção por conta dos “volumosos capitais dos países centrais [...]” que “foram postos ao alcance dos tomadores (devedores) a juros variáveis, determinados pelos credores” (Netto e Braz, 2012, p. 246).

Assim, vemos como o capitalismo sempre busca formas de reinventar para continuar operando em seu sistema destrutivo e parasitário. Todas essas transformações obtiveram êxito pelo capital, que conseguiram reverter a queda da taxa de lucro e criaram condições para a exploração da força de trabalho, enquanto todo o ônus desse processo recaiu nos trabalhadores: da redução salarial até a precarização do emprego (Netto e Braz, 2012).

O Estado passou a ser visto nesse processo como o vilão pelo setor da economia, então formas de diminuí-lo precisam ser colocadas em prática, transformando-o, assim, em um aliado. Foi a partir dessa perspectiva que entra o neoliberalismo, que, diferenciando-se do seu período clássico, em que o Estado não deveria intervir de nenhuma forma na economia, vem com a

lógica de “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (Netto e Braz, 2012, p. 239).

O neoliberalismo atinge primeiramente os países como a Inglaterra, através da Margaret Thatcher, e os Estados Unidos, com Ronald Reagan. O neoliberalismo se caracteriza como a expansão do capital fictício, em que “a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns” (Harvey, 2008, p. 10).

Foi a partir desse cenário também que o capitalismo, pela primeira vez, fez com que a palavra reforma perdesse o seu sentido tradicional. O que antes era uma forma de ampliação de direitos para os trabalhadores e sociedade no geral, passou a ser um processo de contrarreforma¹, que é justamente a suspensão desses direitos e o início do processo de privatização de serviços e de complexos industriais que antes eram executados pelo Estado.

A contrarreforma do Estado brasileiro ocorreu logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, permeada por avanços nas políticas públicas, principalmente nas áreas de previdência, assistência e saúde, acabou sendo acometida pelo retrocesso. Essa contrarreforma ocorreu para que o Brasil se adaptasse as requisições do capitalismo mundial, capitalismo este que buscava se recuperar da crise de 1970, já aqui trazida por nós. A base ideológica para esse processo é o neoliberalismo, ratificando a retirada do Estado de muitas áreas, principalmente a econômica, para que o mercado possa entrar, em uma clara desregulamentação do primeiro.

Assim, no Brasil, o neoliberalismo foi adotado em 1990, se consolidando na virada para o século XXI. Mesmo com a promulgação da nova Constituição Federal dois anos antes, em 1988, considerada como “Constituição Cidadã” por conta dos inúmeros avanços na área dos direitos sociais, ela não impediu que a ideologia neoliberal adentrasse o país com o caráter contrário ao texto constitucional.

O primeiro presidente a “aderir” a onda neoliberal no Brasil foi Fernando Collor de Melo. Apesar de o seu mandato ter durado somente dois anos (1990-1992), foi o suficiente para dar início a neoliberalização no Brasil. Cano (1994, *apud* Behring, 2008, p. 52) faz uma síntese do que foi a política econômica neoliberal de Collor:

[...] na política antiinflacionária, evitou a hiperinflação por algum tempo, mas sem sustentabilidade; implementou uma reforma administrativa desastrosa, sob o argumento de diminuir o setor público, desarticulando-o; o seu plano de privatizações foi desenhado sem objetivos consequentes; realizou uma liberalização comercial

¹ Behring (2008) conceitua o termo “contrarreforma” no Serviço Social. O termo “reforma” é comumente usado com a intenção de melhorar algo, aprimorar para obter melhor resultado. Porém, o que foi adquirido com a “reforma” do Estado, não pode ser considerado propriamente como “ganho”, daí a nomenclatura “contrarreforma” torna-se mais viável para a análise da nossa pesquisa. Para Granemann (2004, p. 30) a contrarreforma são “alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contra-reformas, em geral, alteram os marcos legais – rebaixados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país”.

voluntarista, sem medir o impacto sobre a diversificada e complexa estrutura industrial brasileira; e cortou subsídios agrícolas que levaram o caos à safra 1990-91.

Dando continuidade à ofensiva neoliberal, Fernando Henrique Cardoso, através do seu Ministro de Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, aprovou o Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDAE). Em suma, o PDAE, aprovado em setembro de 1995, seguia os ditames do neoliberalismo, propondo a “reforma” do Estado, através da privatização, regulação e terceirização de serviços, pois considerava que “a crise brasileira da última década foi *uma crise do Estado*, que se desviou de suas funções básicas, do que decorre da deterioração dos serviços públicos, mais o agravamento da crise fiscal e da inflação” (Behring, 2008, p. 177).

Daí decorrem as ações de ajuste fiscal, as reformas econômicas para o mercado, fortalecimento da competitividade da indústria nacional. O que não é colocado o PDAE é que, na verdade, o vilão é o próprio capitalismo ainda embebido de sua crise estrutural dos anos 1970, “que pressiona por uma refuncionalização do Estado, a qual corresponde as transformações no mundo do trabalho e da produção, da circulação e da regulação” (Behring, 2008, p. 197).

Quando uma nova crise capitalista ocorre em 2008, atingindo os países a nível mundial, tendo ligação com a crise de 1970 por ser derivada da resposta que o capitalismo deu para a sua superação. Em termos de síntese, podemos dizer que a crise de 2008 ocorreu com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, o que representou a “desvalorização do capital fictício acumulado especulativamente nesse mercado que, com a sua retração, se viu obrigado a encontrar novos espaços de valorização, ou pelo menos para aquela parcela do capital fictício que sobrou [...]” (Carcanholo, 2010, p. 8).

Essa crise já se ensaiava anteriormente, tendo seus primeiros sinais em 2004, quando os Estados Unidos elevaram suas taxas de juros, o que tornou mais caro o refinanciamento dos débitos. Ela se manifestou, em um primeiro momento, no segmento do mercado com mais riscos, ou seja, no segmento dos tomadores com histórico de inadimplência. Em julho de 2006, o preço dos imóveis começou a cair, o que reduziu a riqueza das famílias e aumentou a inadimplência no pagamento das hipotecas das casas, reduzindo o crédito imobiliário e gerando um processo cumulativo com uma nova redução no preço imobiliário. Dessa forma, os grandes bancos que estavam cheios de títulos hipotecários, sofreram uma elevação nos seus passivos, por conta da desvalorização dos seus ativos (Carcanholo, 2010). Todo esse efeito em cascata resultou na crise de 2008, fazendo com que o mundo entrasse em recessão no período de um ano (2008-2009).

Assim, o sonho do neoliberalismo torna-se um pesadelo, ainda mais quando os bancos são socorridos pelo Estado, tão defendido como mínimo pelo neoliberalismo, o que nos faz questionar para quem exatamente o Estado é mínimo – e a resposta é clara: para as políticas sociais, principalmente quando percebemos que o modelo de Estado no sistema capitalista é um Estado burguês, que atende aos interesses da classe dominante, independente do custo que esses interesses têm. Behring, Cislaghi e Souza (2020, p. 106) colocam que a crise de 2008:

Apesar de [...] ser centralmente das atividades do setor privado financeiro, e fazer parte de um momento estrutural de crise do capital que se arrasta por décadas, ela foi apresentada, mais uma vez, como uma crise do Estado, que de fato, absorveu os prejuízos do capital por meio de fundo público, com a justificativa de que bancos e instituições financeiras eram “grandes demais para quebrar” o que afetaria o conjunto da sociedade.

O que temos no pós-crise de 2008 é um aprofundamento dos pressupostos neoliberais, o que alguns teóricos, assim como nós nesta dissertação, chamamos de *ultraneoliberalismo*. Apesar de o ultraneoliberalismo estar sendo gestado desde a crise de 2008, ele só começa a ter efeito no Brasil a partir de 2013, com as chamadas “jornadas de junho”.

Dardot e Laval (2016) ao tecerem a discussão acerca do neoliberalismo não utilizam explicitamente o termo “ultraneoliberalismo”, mas através dos seus estudos concorda que após a crise de 2008, o neoliberalismo ressignificou-se e aprofundou-se, o que corresponde ao que alguns teóricos (como Matos e Behring) reconhecem por ultraneoliberalismo. Dardot e Laval (2016) ainda acrescentam que o neoliberalismo se tornou uma nova racionalidade dominante, a nível global, fazem uma genealogia do neoliberalismo, mostrando que ele não é somente a continuidade do liberalismo clássico que surgiu no século XVIII, mas sim algo que abrange todas as esferas da vida social, como um sistema normativo.

As jornadas de junho de 2013 foi um movimento bastante expressivo na sociedade brasileira. Em seu momento inicial foi uma manifestação das camadas populares, que clamavam por melhorias nos serviços públicos básicos, a exemplo do transporte coletivo, e reivindicavam a diminuição da passagem destes, além de questionarem os altos custos com as construções de estádios para a Copa Mundial de Futebol que estava por vir no ano posterior.

Assim, de acordo com Demier (2017) apesar de os manifestantes não terem efetivamente uma consciência antirregime, na medida em que se insurgiram diretamente contra as nocivas consequências de suas contrarreformas. Contudo, para um setor mais amplo das massas descontentes, tais elementos vinham com um viés claramente reacionário, ou seja, as jornadas de junho, se transformaram em um movimento contra a política, contra os partidos políticos.

As redes sociais tiveram um grande destaque nesse novo momento da política brasileira, dado ao fato de que a grande imprensa se manteve à margem das manifestações, que só rompeu o silêncio para condenar as manifestações que estavam “atrapalhando” o direito de ir e vir dos cidadãos, o que fez com que o Estado intervisse através da repressão policial. Entretanto, o tiro saiu pela culatra e só incentivou que outras manifestações ocorressem, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, fazendo com que essas manifestações tomassem uma proporção maior.

Demier (2017, p. 69) coloca que “ainda que politicamente desorganizadas, as manifestações tendiam a favorecer o crescimento de um campo político ligado à Oposição de Esquerda”. Contudo, a burguesia, percebendo esse movimento, decidiu adotar, através da grande imprensa, uma estratégia baseada em três eixos para barrar o crescimento da esquerda. São, resumidamente, eles: 1) aliança com a imprensa; 2) a propagação da ideologia antipartido e 3) a divisão dos manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos”. Dessa forma, a burguesia conseguiu controlar os movimentos, que não geraram atendimento a qualquer demanda da classe trabalhadora.

O então governo federal da época, chefiado por Dilma Roussef, propôs 5 pactos e um plebiscito político como tentativa de conter e, de certa forma, atender as reivindicações da população. Entretanto, um desses pactos foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que foi responsável pela realização do superávit primário e, conseqüentemente, pela precariedade dos serviços públicos; empenho para aprovar o projeto da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que privatiza a administração de hospitais universitários; e a proposta de “minirreforma (contrarreforma) eleitoral que aumentou ainda mais o peso do poder econômico nos processos eletivos” (Demier, 2017, p. 79-80).

É com esse panorama brasileiro que se delinea “as raízes explicativas do surgimento da onda conservadora que assolaria o país pouco tempo depois e que [...] resultaria no golpe de 2016” (Demier, 2017, p. 81) e, conseqüentemente, em todos os ataques a classe trabalhadora brasileira que veio posteriormente. Nas palavras de Cislighi (2019, p. 191) para que tenhamos essa nova fase do sistema capitalista:

[...] impõem-se novas rodadas de privatização de bens públicos e expropriação de bens comuns, mercantilizando e subsumindo ao capital todas as esferas da vida. Impõe-se, ainda, a limitação da utilização do fundo público para todas as políticas Sociais - seguridade, educação, habitação, que só podem ser financiadas pelo Estado se, ao lado do sistema da dívida pública, alimentarem o capital financeiro. É isso que aqui chamamos de ultraneoliberalismo, o qual, por sua perversidade, precisa, mais do que nunca, de grandes estruturas ideológicas para forjar o consenso necessário e de uma coerção também cada vez maior, para quando as políticas de garantia de consenso não forem o suficiente para convencer os trabalhadores a abrirem mão de todos os direitos

historicamente conquistados para garantia de condições mínimas de sobrevivência na sociedade capitalista.

Dessa forma, para que o ultraneoliberalismo consiga se sustentar, ele necessita de uma base ideológica que convença os trabalhadores a curvarem-se. Essa base ideológica é o neofascismo, apontado em texto de autores como Felipe Demier, Ana Elizabete Mota e Marcelo Badaró Mattos. Esse conjunto de ultraneoliberalismo, neofascismo e ultraneoliberalismo estão em voga na contemporaneidade e impactam negativamente na política social brasileira e, conseqüentemente, atinge o trabalho dos(as) assistentes sociais.

O neofascismo é uma ideologia que surge com uma “nova roupagem” após a Segunda Guerra Mundial. Ele está aliado ao ultraneoliberalismo e ao ultraneoliberalismo. O ultraneoliberalismo é a etapa exacerbada do conservadorismo de direita, que acaba recaindo em características fascistas. E quais seriam essas características? A exemplos, temos o ultranacionalismo, populismo e, características essas que podemos observar no governo Bolsonaro, que veremos mais adiante.

O discurso do presidente Bolsonaro, como pretexto de combate à esquerda e em defesa de um projeto de ultradireita, expressa o ódio à diversidade humana, a ênfase da misoginia, a defesa do armamento para o enfrentamento das expressões da questão social, dentre outras. Essas manifestações presidenciais, trazidas aqui como exemplos, uma vez que não esgotam os conteúdos de seus discursos, fez emergir a preocupação com a possível instalação do fascismo ao modo tupiniquim. (Borges e Matos, 2020, p. 75-76).

As primeiras expressões da nova fase do capital foram vistas no governo golpista de Michel Temer. Como se sabe, a então presidente da República, Dilma Rousseff, passa pelo processo de impeachment no ano de 2016, que nada mais foi do que um golpe “jurídico-parlamentar-midiático” (Mota, 2019, p. 138), o que abriu ainda mais espaço para a ascensão de grupos reacionários, que tem como carro-chefe “a contrarreforma do Estado e das políticas públicas” (Iamamoto, 2019, p. 139).

A onda conservadora, aliada a ofensiva ultraneoliberal, finca seus pés em território brasileiro em 2018, com a eleição do presidente da República, Jair Bolsonaro. Mota (2019, p. 139-140) ainda acrescenta que essa onda conservadora:

em prol do mercado e da subtração da intervenção social do Estado é o ultraneoliberalismo que, no caso brasileiro e latino-americano, pode ser considerado uma resposta política com tons imperialista e neocolonialista ao social-liberalismo e à onda neodesenvolvimentista que vigeram no subcontinente na primeira década deste século.

No governo Temer, as expressões mais latentes do ultraneoliberalismo foram a aprovação da contrarreforma trabalhista, “a coerção militarizada, com intervenção do Exército

na área de segurança pública em diversos estados da federação” (Cislaghi, 2019, p. 193) e a Emenda Constitucional nº 95, a famosa Emenda que congela o teto dos gastos em 20 anos, o que afeta diretamente as políticas públicas. Temer ainda tentou aprovar a contrarreforma da previdência em seu mandato, mas não conseguiu aprová-la.

Em 2018, com um novo processo eleitoral para o cargo da Presidência da República, o país elege um nome forte para continuar (e continuou!) com os desmontes na área da política social, principalmente com relação a previdência social, em que sua contrarreforma foi realizada ainda no primeiro ano de mandato do atual presidente. Inclusive, na assistência social, teve-se os critérios de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) ainda mais focalizados.

Além do âmbito econômico, o então governo de Bolsonaro, especialmente em seu segundo ano, de acordo com Borges e Matos (2020), tem consolidações negativas para o campo do conhecimento, como a ameaça no campo da formação acadêmica, com a perseguição ideológica às universidades públicas, cortes e contingenciamento de recursos, suspensão de programas, redução de bolsas para iniciação científica e pós-graduação, o que afetou diretamente a pesquisa acadêmica visto que são elas que produzem a ciência, através das pesquisas nos Programas de pós-graduação e a publicação de editais pelas agências de fomento. Esse ataque também abateu a defesa de pautas progressistas para as minorias, e colocou falsas narrativas como a “ideologia de gênero” e do projeto como “escola sem partido”.

No Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) atual, vemos também o descaso com as ciências humanas, sendo possível perceber que as prioridades são conferidas para as ciências consideradas duras, ou seja, das engenharias e das tecnologias.

No que toca a área da saúde, além do sucateamento do SUS, houve o negacionismo com relação a ciência e as vacinas, principalmente no enfrentamento da pandemia do COVID-19. O então presidente da república desestimulava publicamente a vacinação contra o vírus causador da pandemia, fazendo, inclusive, piadas com a doença, fato que pode ser acompanhado nos portais de notícia nacional. Além do desestímulo contra as vacinas do COVID-19, houve também o desestímulo a outras, e um exemplo claro disso é o risco da volta da poliomielite, doença que não existe casos no Brasil há anos, porém as pessoas não estão levando as crianças para vacinar.

É importante pontuar que, de acordo com Borges e Matos (2020, p. 73) essas ideias ultraneoliberais “não nasceram de Bolsonaro, já germinavam na sociedade, ele e seus aliados souberam capitalizá-las e transformar em poder, unindo-se às forças reacionárias, de matriz fundamentalista [...]”, e é por isso que se faz importante a análise de conjuntura, pois nada no

capitalismo é por acaso. Os autores colocam que algumas características são próprias do momento atual do sistema, porém no Brasil, alia-se a uma agenda neoconservadora.

No atual governo, terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o que vemos são movimentos para desfazer alguns dos retrocessos feitos no governo anterior. Não foi uma reeleição fácil, pois a polarização política no Brasil tornou-se preponderante desde o golpe jurídico-parlamentar de Dilma Rouseff em 2016. Isso implicou em algumas dificuldades no primeiro ano do governo, já que o Congresso e o Senado têm a sua base majoritariamente conservadora, porém o trabalho vem sendo feito. Sena Júnior, Miguel e Filgueiras (2023, p. 3) reforçam o que foi dito, afirmando que:

[...] havia elementos que, de fato, dificultavam a constituição de um governo “progressista” (mais à esquerda) – a desconstrução-aparelhamento de órgãos fundamentais do Estado feita pelo governo Bolsonaro, a desorganização das finanças públicas, a sempre presente pressão do “mercado” para execução de um ajuste fiscal permanente, a atuação agressiva do bolsonarismo para bloquear permanentemente qualquer iniciativa governamental e a própria sub-representação da esquerda [...] no Congresso Nacional.

Mesmo com as dificuldades, um exemplo de avanço do governo, e que afeta diretamente a pós-graduação, foi o aumento do valor das bolsas da CAPES que, de R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) do mestrado e R\$ 2.200 (dois mil e duzentos reais) do doutorado, subiu para R\$ 2.100 (dois mil e cem reais) e R\$3.300 (três mil e trezentos reais) respectivamente. Já nas bolsas de pós-doutorado, o aumento foi de R\$ 4.100 (quatro mil e cem reais para R\$ 5.200 (cinco mil e duzentos reais). Esse aumento era esperado há mais de dez anos, já que o último reajuste ocorreu no ano de 2013.

Entretanto, nem tudo são boas novas no atual governo. Recentemente, as universidades federais declararam greve, o que afeta diretamente a produção teórica, considerando a área da pós-graduação um solo fértil para a realização de pesquisas e, conseqüentemente, produção do conhecimento. Os grevistas reivindicam “dentre suas principais pautas, reestruturação das carreiras, recomposição salarial e revogação de medidas que prejudicam a educação” (Sinasefe, 2024).

Esses foram os principais apontamentos para entendermos como essa conjuntura afetará o Serviço Social, discussão realizada no tópico a seguir, afinal, ao adotarmos o materialismo histórico-dialético como base para análise da realidade, precisamos enxergar o todo e buscar na história o movimento que nos levou a atualidade.

2.2. REBATIMENTOS CONJUNTURAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

De acordo com Yazbek e Iamamoto (2019) o Serviço Social só pode ser entendido dentro do movimento histórico da sociedade, no processo de (re)produção das relações sociais capitalistas, entendido como reprodução da totalidade da vida em sociedade, que inclui tanto a reprodução material, quanto a reprodução espiritual dos homens. Dessa forma, temos que o Serviço Social é uma profissão de cunho liberal, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, atuando predominantemente nas políticas públicas, seja na sua formulação, planejamento e/ou execução, na perspectiva de defesa e ampliação dos direitos ofertados à população.

Cabe a nós salientarmos que nem sempre a profissão foi vista na perspectiva apresentada. Para o Serviço Social chegar ao arcabouço profissional que possui hoje, uma longa trajetória teórica-metodológica e ético-política foi construída, o que faz ser pertinente uma breve retrospectiva histórica da profissão no contexto brasileiro.

O Serviço Social surge no Brasil em 1930, vinculado fortemente à Igreja Católica, com influências do Serviço Social franco-belga e do neotomismo. Foi nessa mesma década que as primeiras escolas de Serviço Social surgiram, mas não eram dotadas de nenhuma teoria científica. A base utilizada para guiar os estudos era a Doutrina Social da Igreja, através das encíclicas *Rerum Novarum* (1891), escrita pelo Papa Leão XIII; e a *Quadragesimo Anno* (1931), escrita pelo Papa Pio XI. É nessa década que também surgem as primeiras escolas de Serviço Social no país, sendo a primeira em São Paulo (1936) e a segunda no Rio de Janeiro (1937).

Iamamoto (2019) acrescenta que nesse período houve iniciativas do Estado, seja em comunhão com a Igreja, ou sob influência do movimento sanitarista, ou ainda como parte do movimento Escola Nova. “A Escola Nova defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, alvo de crítica forte e continuada da Igreja Católica [...]” (Iamamoto, 2019, p. 43). Ou seja, já mostra que os picos de tensão existentes na profissão remontam desde o seu surgimento.

É nessa conjuntura que as contradições da ordem burguesa se elevam a um novo patamar, levando o Estado a enfrentar a questão social como questão política e pública, tornando-se necessário transformá-la em “um somatório de problemas”, controlado e administrado através das políticas públicas e agências de poder estatal (Raichelis, 2019). Daí que se recorre a necessidade de ter um profissional (no caso, o/a assistente social) que atue nesse processo.

Nos anos 1940, vai ser ter um desenvolvimento do Serviço Social nos chamados “trinta anos gloriosos”, assim chamados por marcarem uma ampla expansão da economia capitalista monopolista aliada a uma política keynesiana, que possibilitou o “pleno emprego” e um padrão salarial capaz de manter o poder de compra da classe trabalhadora, implicando no reconhecimento sindical que lutavam por reivindicações políticas e econômicas (Iamamoto, 2019). É nesse período também que o Serviço Social brasileiro receberá a influência norte-americana, através principalmente das formulações de Mary Richmond, fundada no funcionalismo e nos chamados “Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade”.

O mercado de trabalho para os profissionais do Serviço Social se alargam nesse período e por conta disso surge a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), em 1942, sendo a primeira instituição de abrangência nacional criada por conta da inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial, além da criação do conhecido “Sistema S”, que correspondem ao Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), voltados para prestar assistência as famílias dos operários para além das fábricas, sendo disseminadas com incentivos do Estado (Raichelis, 2019).

Já nos anos 1960, o Movimento de Reconceituação, que permeou por toda América Latina, foi outro marco fundamental para o Serviço Social. Esse movimento tinha como uma de suas principais pautas a “construção de um Serviço Social latino-americano” e denunciava “a pretenda neutralidade político-ideológica da ação de assistentes sociais” (Iamamoto, 2019, p. 44). Esse movimento, apesar de ser dotado de ecletismo em suas manifestações, foi o primeiro momento que o Serviço Social se aproxima da tradição marxista, mesmo que ainda de forma dúbia.

Diferentemente no Brasil, tivemos o que levou Netto (2015) a denominar de Renovação do Serviço Social brasileiro, renovação esta que apresentou três vertentes/perspectivas de análise: perspectiva Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura.

A Perspectiva Modernizadora surge nos processos sociopolíticos emergentes no pós-1964. De matriz positivista, tem-se a “tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (Netto, 2015, p. 201). Não se buscava a superação dos valores e concepções de cunho tradicional, na realidade, buscava-se inseri-los numa frágil modernidade, apenas para atender as demandas da época. Os seminários de Araxá e Teresópolis, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de

Serviços Sociais (CBCISS), entidade promotora dos referidos encontros e documentos, foram os documentos que elucidam essa vertente.

A Reatualização do Conservadorismo, como o próprio nome já diz, foi a tentativa de reatualizar o caráter conservador da profissão, inspirando-se na teoria fenomenológica. Netto (2015) aborda que, embora essa perspectiva não tenha obtido o mesmo êxito da Perspectiva Modernizadora, ela, por se distanciar da ditadura e atender requisições psicologizantes, acabou conquistando espaço em universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, ambos também apresentados no CBCISS, são os representantes desta perspectiva.

A terceira e última tendência foi a chamada “Intenção de Ruptura”. Para Netto (2015) a vertente ganhou relevância por conta do descrédito político da perspectiva modernizadora, da aproximação da categoria profissional com a classe trabalhadora e do clima efervescente do circuito universitário com a crise da ditadura. É a partir da Intenção de Ruptura que o Serviço Social consegue fazer a interlocução com os escritos de Marx, dando assim uma nova direção social a profissão e embasamento para um conhecimento crítico, sendo visto em documentos da profissão, a exemplo do Código de Ética Profissional de 1993.

Iamamoto (2019) coloca que esse período de renovação crítica do serviço social brasileiro vai ser impulsionado pela recriação de entidades de Serviço Social na América Latina: o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) e a Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS). Essas entidades desenvolveram, no período de 1975 a 1985, uma rica pauta de debates e pesquisas sobre a organização político-cooperativa e acadêmica do Serviço Social, os sujeitos atendidos, a vinculação com as políticas sociais, além de impulsionar a articulação entre os países da América Latina e a capacitação profissional permanente (Iamamoto, 2019).

Apesar da complexa conjuntura mundial dos anos 1970, o Serviço Social começa nesse período o embate contra o tradicionalismo e o conservadorismo presente na profissão. Entretanto, é importante salientar que a reestruturação produtiva que ocorreu nesse período, apesar de ser típica das empresas capitalistas, adentra a organização social do trabalho em instituições estatais, “reestruturando e moldando a ação pública no campo das políticas sociais e dos serviços sociais”, o que incorpora um modelo gerencialista que esvazia a reflexão e criatividade no mundo do trabalho, deixando-o apenas no aspecto de alcançar metas produtivistas e de controles de qualidade (Raichelis, 2019).

Assim o que temos na década de 1970 foi o capitalismo sinalizando o esgotamento da sua fase expansiva no pós-Segunda Guerra Mundial, sendo diretamente responsável pelas

transformações do Estado nas décadas seguintes e pela reconfiguração das políticas sociais. Isso mergulhou a questão social em um complexo de novas determinações, com impactos no trabalho do/da assistente, como a precariedade das condições de trabalho, que tem baixos salários, falta de suporte e condições inadequadas nos ambientes de trabalho.

Paradoxalmente, o período entre 1980 e 1990 foi de grandes avanços no Serviço Social, o que corrobora com uma profissão que busca alternativas para construir um conhecimento crítico (dada a “intenção de ruptura”, elencada por Netto (2015) e destacada por nós anteriormente), tornando-se um profissional aliado a classe trabalhadora. O Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação, ambos de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996, compõem a base normativa da profissão e que, em conjunto, expressam o projeto ético-político da profissão (PEP).

O referido PEP representa a autoimagem da profissão (Netto, 1999), representa como ela se apresenta para a sociedade. Além da base normativa citada anteriormente, o projeto também se materializa através da produção de conhecimento no Serviço Social e nas instâncias político-organizativas da profissão (Texeira e Braz, 2009). Dessa forma, ele é de suma importância para a profissão, pois foi a partir dele que foram adotados os valores progressistas na profissão. Para Netto (1999, p. 95),

os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

O cenário conjuntural do capitalismo exposto anteriormente foi agravado ao adentrarmos nos anos 2000. Com a presença da herança conservadora e da ascensão do neoliberalismo, o Estado passou a delegar ao mercado, organizações sociais e o empreendedorismo para atuar nas políticas sociais, afastando-se do seu papel de ser provedor dessas políticas, fazendo com que elas se tornem extremamente reducionistas, focalizadas e precárias, direcionada àquelas que estão em miséria absoluta.

De acordo com Raichelis (2019), essa dinâmica societária atinge o Serviço Social, principalmente através das políticas de saúde e de assistência, nos usuários desses serviços e no próprio mercado profissional, que, inserido no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, sofre com as alterações do mundo do trabalho.

Assistentes sociais como trabalhadores(as) assalariados(as), que nessa condição não dispõem de autonomia e pleno controle dos meios de trabalho são afetados(as) pela

insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (Raichelis, 2019, p. 72).

Assim, a “questão social”, objeto de trabalho do(a) assistente social, acaba adquirindo três tendências, com raízes liberais, que interferem nas respostas dadas a ela em âmbito institucional. De acordo com Yamamoto (2019, p. 51) a primeira é “o reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza”, ou seja, se responsabiliza os indivíduos e suas famílias pelo estado de pobreza em que se encontram, fazendo com que eles se responsabilizem inteiramente para sair desse quadro, e assim o Estado se ausentando cada vez mais das políticas sociais. Os/as assistentes sociais acabam sendo chamados para exercer uma função de fiscalização dessas famílias, numa concepção policialesca, para que elas não façam a “utilização indevida de recursos”, demanda que existe desde o início da profissão.

A segunda tendência é a moralização da questão social. Essa tendência é de “encarar a vivência da pobreza como questão psicológica, cuja aceitação passaria pela via terapêutica, individual ou familiar, sublimando as desigualdades negando as determinações coletivas de classe” (*ibid.*, p. 52), ou seja, nada mais é do que a culpabilização dos indivíduos. A terceira tendência é “a assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações” (*ibid.*, p. 52) o que permite reiterar uma antiga aliança entre repressão e assistência. Os assistentes sociais são chamados para adentrar na vida da população trabalhadora, que pode recair em condições antiéticas, em nome da burocracia e controle estatal.

Dessa forma, vemos como os rebatimentos da conjuntura afetam o Serviço Social em o que podemos chamar de duplo movimento: afeta a população usuária das políticas sociais as quais o profissional trabalha, seja em sua precarização, redução e focalização, fazendo com que favoreça a retoma de “requisições históricas dirigidas ao Serviço Social – enquadramento, disciplinarização e controle das classes e grupos subalternos [...]” (Raichelis, 2019, p. 81), retornando a uma perspectiva, já analisada por Yamamoto (1992), como o “profissional da coerção e consenso”; e afeta também o(a) próprio(a) assistente social como profissional assalariado, que sofre com a redução de direitos, precarização das condições de trabalho e dos ganhos sociais.

As demandas que chegam para o/a assistente social serão afetadas diretamente nessa conjuntura. Com o aprofundamento da desigualdade social, a pressão nos profissionais é intensificada, pois as políticas sociais não conseguem promover a erradicação dessa

desigualdade, justamente porque as políticas sociais ganham um caráter focalizado, reduzido e privatizado. Daí entram as restrições orçamentárias, já que no contexto neoliberal o Estado acaba se ausentando das políticas sociais, limitando assim os recursos e afetando o trabalho do/da assistente social e a sua capacidade de viabilizar as demandas dos usuários que procuram os serviços, seja de saúde, educação, assistência, entre outros.

Diante desse cenário desfavorável as entidades da categoria criaram estratégias para enfrentar tais desafios, a exemplo da conquista da Lei 12.317, conhecida como “Lei das 30 horas”, sancionada no dia 26 de agosto de 2010, após mobilizações e articulações entre as entidades da categoria e os órgãos do poder público. Essa lei estabeleceu a jornada de trabalho para assistentes sociais de 30 horas semanais sem redução salarial. Também se tem a luta por concurso público, em que muitos editais oferecem poucas vagas e salários baixos, em comparação a outras profissões de ensino superior.

Com o aumento dos cursos de ensino à distância (EaD), que acabam por aligeirar e desqualificar a formação profissional, existe a defesa do ensino presencial e público pelo conjunto CFESS-CRESS, na tentativa de ir na contramão da mercantilização do ensino superior, em que muitos dos discentes das redes privadas/EAD são trabalhadores que não conseguem acesso ao ensino superior público e gratuito. No documento elaborado pelo Grupo de Trabalho “Trabalho e Formação”, do conjunto CFESS-CRESS, intitulado de “a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social, volume 2” temos o seguinte:

Nessa direção, o Conjunto CFESS-CRESS não se furta a realizar esforços políticos e acadêmicos para demonstrar que o questionamento do uso da modalidade de EaD para a formação de graduação em serviço social não é discriminatória, mas objetiva alertar para o aprofundamento da precarização do ensino superior no país e a negação do direito a uma educação presencial, de qualidade e universal. (CFESS, 2014, p. 11).

Importante salientar que não é objetivo das entidades profissionais culpabilizar os sujeitos inseridos nesse processo, mas sim relacionar “a lógica de mercantilização do ensino superior brasileiro com a precarização da formação e a sua conseqüente desvalorização profissional” (CFESS, 2014, p. 12). Assim, o documento citado no parágrafo anterior teve como objetivo apresentar dados da realidade aos/às responsáveis pela gestão da educação superior no país, à categoria profissional e à sociedade no geral².

A criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) foi outro passo importante para a categoria profissional nessa conjuntura, principalmente para a área da pesquisa. Eles são formados por “pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem

² Para consulta do documento com os referidos dados, acessar: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf

de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS” (ABEPSS, 2024). São divididos em 08 (oito) Eixos Temáticos, sendo eles: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

Os GTPs constituem um espaço fundamental para a produção do conhecimento, por reunir pesquisadores de várias partes do país em prol da pesquisa, de conhecer a realidade social na qual estão inseridos e compartilhar os seus resultados com outros pesquisadores e com a comunidade que faz partes destes, em uma verdadeira socialização do conhecimento produzido.

A discussão tecida até aqui buscou mostrar as inflexões conjunturais para o Serviço Social e as formas que a categoria profissional buscou para poder superá-las. No próximo capítulo, aprofundaremos sobre a ética e a ética profissional no Serviço Social, mostrando a importância delas, tanto para a produção do conhecimento, como para a pesquisa aqui realizada.

3 SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA

3.1. A BASE ONTOLÓGICO MATERIAL DA ÉTICA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Ao tratarmos da ética no Serviço Social, hegemonicamente usamos a concepção de ética histórico-ontológica, baseado no pensamento de Karl Marx e nos estudos do filósofo húngaro e marxista Gyorgy Lukács. Entretanto, essa concepção de ética não é a única existente no mundo e nem sempre foi utilizada pela profissão. Por exemplo, o primeiro Código de Ética Profissional que tivemos, no ano 1947, tinha forte influência da Igreja Católica e do conservadorismo. Foi uma longa jornada de maturação teórica da profissão, de lutas no contexto tanto da categoria, quanto do social, para que chegássemos a uma concepção de ética aliada a emancipação humana, explicitada, principalmente, no Código de Ética Profissional de 1993, que está em vigor até hoje.

Assim, a ética não é e nunca foi universal. Ela muda de acordo com os valores de determinada época, afinal, como diz Chauí (2024) “a ética trata de ações ligadas aos valores”, é o “vício x virtude”. A autora ainda traz que essa mudança da ética de sociedade para sociedade está ligada aos comportamentos e relacionamentos dela. No mundo contemporâneo, por exemplo, a ética ganha complexificações por conta da mudança na comunicação. Se antes a forma mais popular de comunicação era por meio de cartas, que demorava vários dias para chegar ao seu destino, hoje em dia a forma de se transmitir informações é quase instantânea por conta do advento da internet. Essa mudança de comunicação na contemporaneidade, apesar do seu lado positivo por conta da acessibilidade, pode ressoar de forma negativa se levarmos em consideração as *fake news*, notícias falsas traduzindo para o português, que mexe severamente com as estruturas éticas de uma sociedade, afinal, a mentira ainda é um valor negativo para a sociedade.

Antes de adentrarmos de chegarmos ao conceito de ética contemporânea, faz-se necessário trazer outras “doutrinas éticas fundamentais”, ainda que de forma breve para poder embasar a pesquisa aqui realizada, abordadas principalmente por Vázquez (1975) em seu livro intitulado de “Ética”. A ética, de acordo com o autor, é “teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém na sua totalidade [...]” (Vázquez, 1975, p. 11).

Assim, a moral é um conjunto de normas e regras responsáveis por reger indivíduos em determinado tipo de sociedade. Ela traduzirá o comportamento dos indivíduos em cada momento histórico, que regulará a ação destes a partir dos seus valores e juízos de valores: “[...]”

nenhuma moral é neutra, ela carrega em si uma dada direção que se quer imprimir à sociedade, sendo necessária como forma de regular as relações” (Cardoso, 2013, p. 42).

É importante salientar que ética e moral não são a mesma coisa, apesar de uma ser expressão da outra. A moral é definida como um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social, enquanto a ética é definida como a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade, sendo a ética filosófica e científica (Copello, *et. al.*, 2019). Para Cardoso (2013, p. 54):

A ética tem sido tratada em nossa sociedade como algo acima do “bem e do mal”, atitude de “pessoas íntegras”, “de caráter” e “boa índole”. O seu conceito em nada tem a ver com isso. Ao tratá-la dessa forma, ela se aproxima do conceito de moral. É necessário termos certo cuidado com isso e com o clamor da sociedade pela ética, pelo indivíduo ético.

Voltando para a ética, Vázquez (1975, p. 10) salienta que, por conta do seu caráter prático, teve-se uma tendência de enxergar a ética apenas como uma disciplina normativa, o que faz levar esquecer-se de seu caráter propriamente teórico, afinal, a função “fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade”.

A Ética na Grécia Antiga pode ser explicada através da visão de pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, ou, ainda através dos estoicos e epicuristas. Importante salientar que a sociedade da época era baseada no escravismo, e esse trabalho braçal não era valorizado pelos pensadores da época, que encontravam no ócio o caminho para a reflexão da vida.

De acordo com Vázquez (1975) a ética socrática é racionalista, onde encontra-se uma concepção de bem como felicidade da alma, e do bom como algo útil para a felicidade; e a tese da virtude como o conhecimento e o vício como ignorância, em que ninguém faz o mal de forma voluntária. Para Sócrates, essa virtude pode ser transmitida ou ensinada, assim se teria o equilíbrio na conduta humana, evitando a falta de ética e estreitando a moral e a virtude, estas sendo fundamentos de sua ética.

Já a ética em Platão se relaciona diretamente com sua filosofia política, já que a *polis* é o lugar da vida moral. A ética do pensador parte da sua concepção metafísica e da sua doutrina da alma em que, pela razão, como elemento superior e característica do homem, a alma se eleva, através da contemplação, ao mundo das ideias. Para ele, a ética vai desembocar necessariamente na política, pois o homem só se forma espiritualmente no Estado, mediante a sua subordinação à comunidade (Vázquez, 1975).

Aristóteles tem uma concepção de ética semelhante à de Platão, até porque foi seu discípulo. Para o pensador, a moral tem o seu meio necessário na comunidade social e política,

afinal, é nessa comunidade em que pode realizar-se o ideal da vida teórica na qual se baseia a felicidade. “O homem enquanto tal só pode viver na cidade ou polis; é, por natureza, um animal político, ou seja, social” (Vázquez, 1975, p. 241).

Dessa forma, de acordo com Paiva (2001, p. 107), podemos dizer que a Ética na Grécia Antiga é constituída basicamente pelo sistema de valores na *pólis* no mundo ético, tendo como seu valor central a felicidade, essa entendida como a busca pelo bem, vinculado organicamente ao exercício da cidadania e a participação nos negócios públicos. Além disso, a autora salienta que eles não tinham o conhecimento de uma distinção entre moral e ética. Para a autora:

A afirmação do indivíduo contra a *pólis* é vista como um desvio que deve ser punido com o exílio e até a morte. Embora essa formulação tenha inibido a explicitação da dimensão individual na construção dos valores, tem um inegável mérito de destacar a dimensão coletiva da ética.

No estoicismo e no epicurismo a física é a premissa da ética. Com a ruína do antigo mundo greco-romano, essas duas filosofias ascendem. “Para ambos, a moral não mais se define em relação à polis, mas ao universo. O problema moral é colocado sobre o fundo da necessidade física, natural, do mundo” (Vázquez, 1975, p. 242).

Para os estoicos, o *cosmos* é um único grande ser que possui Deus como princípio, sendo aquele seu coordenador, responsável pelo que acontece no mundo. Nessa filosofia, o indivíduo define-se moralmente sem necessidade da comunidade como cenário obrigatório da vida moral: ele é cidadão do *cosmos* e não da *polis*. Para os epicuristas, tudo o que existe é “formado de átomos materiais que possuem um certo grau de liberdade, na medida em que se podem desviar ligeiramente na sua queda” (Vázquez, 1975, p. 242).

Com a queda do antigo mundo greco-romano, o Cristianismo se eleva sobre as ruínas dessas sociedades, trazendo consigo a Ética Medieval Cristã. A escravidão dá lugar a servidão, principalmente por conta do modelo feudal em que a sociedade passara a se organizar. Esse contexto histórico, assim como aconteceu na Grécia Antiga, afeta diretamente a concepção de moral do referido tempo. De acordo com Vázquez (1975) o cristianismo trouxe uma ideia de igualdade em uma sociedade espantosamente desigual, fazendo com que esta igualdade tivesse um teor utópico e ilusório, que só poderia ser alcançada no mundo sobrenatural. Paiva (2001, p. 107) distingue a ética Grega da ética Medieval Cristã.

Ao contrário da Grécia, onde a anterioridade dos valores é mundana, imanente, no mundo medieval essa anterioridade é transcendente. Consiste no conjunto de normas impostas pela religiosidade católica. O objetivo da vida não é mais a felicidade (que nos gregos tinha uma clara dimensão pública), mas sim a salvação individual. A existência ética, mesmo quando implica obrigações comunitárias — amor ao próximo, caridade, abnegação, fraternidade —, tem como referência prioritária a preparação da redenção do indivíduo após a morte.

Inclusive, trazendo um pouco para o Serviço Social, foi essa concepção que imperou na formação filosófica e ética dos profissionais, principalmente na sua vertente neotomista, até a década de 1970. Na perspectiva neotomista, “a realização humana está vinculada à busca da perfectibilidade humana, o que direciona todas as ações dos homens na busca de sua aproximação de Deus, fonte da essência humana” (Cardoso, 2013, p. 56).

Com isso, Vázquez (1975, p. 243), diz que a ética cristã “parte de um conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem com o seu criador e do modo de vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo”. Ou seja, se o homem vem de Deus, toda a sua vida, seu comportamento, sua moral e sua ética deve orientar-se para ele como objetivo único. O homem busca na terra elevar o seu espírito para que possa alcançar o mundo sobrenatural, o mundo de Deus, através de suas ações. Inclusive, apesar de pregar a igualdade entre os homens, a ética cristã não condena as desigualdades, as justifica, no sentido de que somente pode alcançar a igualdade no mundo real, divino. Exemplos dessa ética podem ser vistos em São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, apesar de que a ética tomista se aproxima um pouco da ética aristotélica, a primeira não deixa de buscar a cristianização dos indivíduos.

No contexto histórico para o surgimento da Ética Moderna, essa nascerá a partir da sucessão do regime feudal para o sistema capitalista, em que uma série de mudanças serão feitas tanto a nível social, como econômico. Conforme Vázquez (1975) no plano econômico, vai-se ter o desenvolvimento científico (surgindo, assim, a ciência moderna, que tem como nomes Galileu e Newton) e das relações capitalistas, surgindo assim, na ordem social, a burguesia, que luta para se estabelecer na sociedade, principalmente através de revoluções, como é o caso da Revolução Burguesa. Ainda temos também a criação dos grandes Estados, modernos, únicos e centralizados, mesmo que estes não tenham surgido de forma uniforme em todos os lugares. A religião deixa de ser o centro dominante, e a Igreja Católica perde sua função de guia. Agora é a era do antropocentrismo, ou seja, o Homem é o centro dominante.

Paiva (2001, p. 107) acrescenta-nos ao falar que o mundo dos valores, nesse período, concentra-se na liberdade individual, na autonomia da razão.

[..] Na sociedade burguesa, fundada no mercado, a realização mundana do indivíduo passa a ser o valor ético central. [...] O caráter coletivo ou transcendente do mundo ético cede lugar ao predomínio do interesse individual, centrado na competitividade, na realização privada, na felicidade estritamente pessoal.

Vázquez (1975) considera Immanuel Kant como o principal pensador desse período por considerá-lo “a mais perfeita expressão da ética moderna”. Dito isso, a ética em Kant tem como

ponto de partida o fato da moralidade. Como o sujeito dá a si mesmo sua própria lei, ele está no centro tanto do conhecimento, quanto da moral. A ética kantiana enfatiza a universalidade, a razão e o dever como princípios fundamentais para avaliar a moralidade das ações dos sujeitos. Ela é formal e autônoma, em oposição a ética medieval, em que o homem se define antes de tudo como ser ativo, produtor ou criador.

A ética kantiana foca no indivíduo e não considera adequadamente as relações sociais e comunitárias, o que, ao pensarmos no coletivo, pode ser uma falta grave se quisermos ter uma ética em que os valores sejam emancipatórios. Santos, D (2014, p. 39) sintetiza assim:

[...] a base ética kantiana que se configura na felicidade como merecimento por meio da crença em Deus e num futuro melhor. Destacamos ainda que para Kant, o mundo é formado objetivamente por elementos da sensibilidade humana, não tendo uma raiz material. Nisto consiste sua doutrina metafísica: em que “não podemos ter nenhuma experiência das coisas como elas são em si mesmas”; só é possível fazer especulações racionais e metafísicas.

Na contemporaneidade, as doutrinas éticas serão essencialmente representadas pelas ideias de Kierkegaard, Stirner e Marx. Além dessas, temos a ética em Freud, Hegel, G.E. Moore e no Pragmatismo, mas, para efeitos de estudo, focaremos apenas nas mais importantes para o nosso nível de apreensão. A ética contemporânea surgirá em um contexto de pós-revolução de 1789, em uma época em que a ciência continua a progredir e as forças produtivas continuam a se desenvolver. Vázquez (1975, p. 251) ainda acrescenta que:

Finalmente, a ética contemporânea, na sua fase mais recente, não só conhece um novo sistema social – o socialismo –, mas também um processo de descolonização e, paralelamente a ele, uma reavaliação de comportamentos, princípios e heranças que não se enquadram no legado ocidental tradicional.

A ética contemporânea, em seu plano filosófico, se apresenta como uma contraposição ao formalismo e o racionalismo abstrato de Kant. Em Hegel, por exemplo, o sujeito é o Espírito absoluto, a totalidade do real, incluindo o próprio homem como um seu atributo. A atividade moral do sujeito é a fase de desenvolvimento do Espírito, ou então uma forma que esse Espírito se manifesta. A ética hegeliana integra o indivíduo dentro do contexto social e histórico, destacando a importância das instituições sociais e do desenvolvimento histórico na realização da liberdade e da moralidade. A eticidade, em Hegel, é algo concreto e vivido nas relações sociais.

Quando partirmos para estudar a ética pautada no existencialismo, vemos que seus atores divergem do que é posto por Hegel. Kierkegaard, considerado o pai do existencialismo, o que vale é a subjetividade do homem, pois a existência individual não pode ser explicada, como propõe Hegel com o seu racionalismo, apenas vivida. Vázquez (1975) aponta que

Kierkegaard distingue três estágios na existência individual: o estético, o ético e o religioso, em que o estágio ético ocupa um degrau inferior ao estágio religioso, pois, enquanto o religioso é o que sustenta o indivíduo através de sua fé em Deus, no estágio ético o indivíduo tem que se pautar em normas gerais, o que o faz perder sua subjetividade, ou seja, sua autenticidade.

Jean-Paul Sartre, outro autor existencialista, aproxima-se dos ideais de Kierkegaard, ao mesmo tempo em que se afasta, por conta de seu ateísmo. Ele não acredita na existência de Deus e sim na absoluta liberdade dos homens, liberdade essa sendo a única fonte de valor. Admitindo a liberdade como valor supremo, a vida se torna um compromisso constante de escolhas dos indivíduos, quanto mais eles escolhem, mais moralmente livres são. Na segunda fase da obra Sartre, ao sentir os impactos dos problemas políticos e sociais, o autor tenta integrar o existencialismo no marxismo, para eliminar as limitações que, em sua opinião, o marxismo possui com relação a análise dos indivíduos. Dessa forma, a ética existencialista é baseada na liberdade de escolha do homem, o que preserva o cunho libertário e individualista dessa perspectiva ética (Vázquez, 1975).

Vimos que no decorrer dos períodos históricos a concepção de ética varia de acordo com o tipo de sociedade existente, em que os valores e, conseqüentemente a moral, se metamorfoseiam seguindo as necessidades de cada período. Dessa forma, para falarmos de ética numa concepção marxista, e principal concepção para essa dissertação – afinal, é baseado na teoria social crítica do autor alemão que é baseada as dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa do Serviço Social – faz-se necessário retomar algumas categorias básicas que norteiam essa concepção.

O homem, na concepção marxista, é tido como um ser social, ou seja, entende-se que ele pertence à natureza, mas não pode ser considerado apenas um ser natural, dada a sua capacidade de transformar essa natureza para atender as suas necessidades. Assim, é a partir da transformação da natureza que surge o trabalho. É a capacidade teleológica do homem (homem aqui, vale salientar, é utilizado para se referir ao ser humano genérico) que o diferencia de outros seres da natureza e que o capacita para transformá-la.

A prévia-ideação compõe o processo de trabalho, entendido como práxis humana, que envolve a relação ação-reflexão-ação (Cardoso, 2013). Essa relação é a capacidade que o homem tem de projetar finalidades à sua ação, em que a figura se materializa previamente em sua mente, há uma reflexão e, assim, colocada em prática a ação previamente idealizada. Além

da prévia-ideação, o homem possui como capacidades humano-genéricas a sociabilidade, a universalidade e a consciência, os quais se convertem na realização da *práxis*³.

Assim, o trabalho, a partir da ontologia, “sempre será a transformação de uma matéria-prima ou objeto em produto a partir da ação humana e o uso de sua capacidade teleológica, mesmo que o interlocutor desta ação não a perceba conscientemente” (Cardoso, 2013, p. 27). Como exemplo, podemos citar a criação da lança pelo homem pré-histórico, que, ao transformar a natureza para fabricar o objeto, conseguiu melhorar sua habilidade de caça para se alimentar, o que denota também sua capacidade criativa.

É a partir do trabalho, portanto, que o homem pode se reconhecer como ser social, no uso de suas capacidades humanas, que o diferenciam da natureza, como a teleologia e a criatividade, objetivando-se e reconhecendo-se no produto de sua ação. É por isso que podemos afirmar *o trabalho como fundante do ser social e, portanto, das relações sociais* (Cardoso, 2013, p. 28, grifos nossos).

No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho vai adquirir um caráter alienado, pois “[...] se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras” (Barroco, 2010, p. 33). Se antes o homem transformava a natureza para suprir suas necessidades essenciais (como alimentação e habitação), com a ascensão do modo de produção capitalista e da sociedade de classes, o homem passa a vender a sua força de trabalho para poder sobreviver, o que acaba distanciando-o de sua realização plena.

[...] o trabalho, fonte de humanização, tornar-se fonte de desumanização, ou seja, o trabalho a que os indivíduos precisam sujeitar-se não promove a elevação de suas necessidades individuais, nem tampouco a elevação das necessidades do gênero humano, ao contrário, reduz estas necessidades a uma única: a de sobrevivência (Tônus *apud*. Cardoso, 2013, p. 29).

Dessa forma, a criação dos valores será dada através das relações sociais, e, portanto, ao modo de produção de determinada sociedade que, dialeticamente, passam pela individualidade e subjetividade do ser social (Cardoso, 2013). Importante destacar que os valores têm que ser percebidos como conceitos ou princípios e que não existem apenas no âmbito positivo, mas também no negativo. Exemplos de valores são: a honestidade, a desonestidade, o respeito, o desrespeito, amizade e entre outros.

³ A *práxis*, de acordo com Brites e Barroco (2022, p. 15-16), pode ser assim entendida: “Através do trabalho (*práxis*), põem-se em movimento certas mediações humanas essenciais: a consciência; a capacidade teleológica de projetar idealmente o resultado da *práxis* segundo finalidades postas pelo sujeito; as formas de sociabilidade necessárias à sua objetivação, como a cooperação, a comunicação, a linguagem, o conhecimento prévio da natureza; a liberdade, como a capacidade de criar alternativas e escolhas; a universalidade como categoria da *práxis*”. Ou seja, a *práxis* pode ser entendida como representante da ação transformadora que busca construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Na sociedade de classe em que vivemos, os valores acabam sendo condicionados pelo tipo de relações sociais que são estabelecidas nela. Temos os que detêm os meios de produção (a burguesia) e os que vendem a força de trabalho (o proletariado). Todos participam da produção social da riqueza, entretanto, a apropriação desta é desigual: enquanto a burguesia enriquece mais e mais através da mais-valia, o proletariado vive com o suficiente para sobreviver (e às vezes, nem isso). Então, quais são os valores possivelmente gerados nessa socialização? Podemos citar o individualismo, a competitividade, o egoísmo, entre outros.

A ética, na perspectiva ontológica, nasce a partir do momento em que o ser humano se constrói como ser social, por isso é importante entendermos como o processo de construção é feito. Barroco (2008, p. 20) expressa isso ao colocar que “a ética — entendida como modo de ser socialmente determinado — tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social”. Ou seja, indica-se que o ser social surge na natureza, porém sua historicidade, sua capacidade de transformar a si e a natureza e realizar o trabalho é o que o torna também capaz de construir a ética. A ética é uma reflexão, sendo a moral o seu objeto de estudo.

Nesse sentido, é válido destacar o que seria a ontologia numa perspectiva marxista. Lukács (1978, p. 2-3) em um trabalho enviado ao Congresso Filosófico Mundial fez importantes considerações acerca da temática. Em seu escrito, ele ressalta a importância da ontologia, responsável por partir do objeto para conhecermos o fenômeno, o que difere de uma perspectiva gnosiológica, muito atrelada ao neopositivismo, tendo um ideário abstrato e pautado no idealismo. Nas palavras do autor:

A ontologia marxiana afasta daquela de Hegel todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico. Com esse ato materialista de "repor sobre os próprios pés", não podia deixar de desaparecer igualmente - da série dos momentos motores do processo - a síntese do elemento simples: Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais.

Assim, o ser social, produto do trabalho ontológico, vai ser visto como um processo histórico, que surge e se desenvolve sobre a base de um ser orgânico (Lukács, 1978). A atividade prática do trabalho é fundamental para a construção do conhecimento e da subjetividade. Essa perspectiva ontológica destaca como o trabalho molda nossa percepção do mundo e influencia nossa compreensão da realidade. A consciência assume um papel fundamental para se conhecer a essência do trabalho, pois (Lukács, 1978, p. 5):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente

separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal.

É através desse trabalho que surge a sociabilidade, o que implica “a (re)criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural (...)” (Barroco, 2010, p. 38). Da sociabilidade, surge a moral, como uma necessidade de regulamentar as relações entre os indivíduos, através da criação de costumes, que podem ser mutáveis de acordo com o movimento da história.

Como já foi dito anteriormente, a moral não é neutra. Cada sociedade terá uma moral dominante, de acordo com a disputa de diversos interesses. Na nossa sociedade, a moral dominante é a burguesa, “[...] e o cotidiano nessa sociedade nos alija da vivência moral mais inteira, aproximando-nos de ações acríticas e reprodutora de uma moral dominante de cunho conservador e moralista” (Cardoso, 2013, p. 51). Forti (2013) vai nessa direção, afirmando que ao estudarmos a moral significa entendê-la em relação as condições concretas produzidas pelos homens, que fazem dele o que são, da produção dos seus modos e meio social.

No cotidiano, a moral se enraíza de forma acrítica, dada a imediaticidade e espontaneidade características desse espaço. Segundo Heller (2000) a vida cotidiana é do indivíduo, ser genérico, é em grande medida heterogênea e, também, espaço de reprodução da singularidade. Além disso, é permeada de preconceitos, de ideias pré-concebidas, o que acarreta comportamentos ultra generalizadores, repleto de estereótipos.

Dessa forma, a vida cotidiana se torna um campo de reprodução da alienação e de preconceitos, por seu pragmatismo e necessidade de respostas imediatas, que não permite aos indivíduos se aprofundarem nas demandas que são apresentadas, demonstrando a sua superficialidade. O preconceito e a discriminação são vistos como alienação moral, por adotar posturas antiéticas com relação as diferenças, típicas da sociedade plural em que vivemos. Porém, vale salientar que o cotidiano tem potencial de superar sua acriticidade, pois as respostas dos problemas apresentados na realidade e nos sujeitos estão na própria esfera cotidiana. Tudo dependerá dos sujeitos e de como eles podem construir a ética em seu cotidiano.

[...] a construção cotidiana de ações pautadas na crítica radical ao conservadorismo e ao moralismo, na construção de relações reconhecedoras do *outro* e da alteridade, de valores contra-hegemônicos que se traduzam em ações de fato éticas, é necessária enquanto estratégia coletiva de um novo *ethos* socialmente construído. (Cardoso, 2013, p. 64).

A ética aqui então apresentada e utilizada por nós, pautada em Marx, faz a reflexão crítica da moral, sendo uma capacidade humana e tendo uma dimensão prática, visto que

influencia o comportamento humano. Nessa perspectiva, temos a ação ética, capaz de nos levar a capacidade ética. Para entendermos a ação ética, faz-se necessário entendermos o que é a alteridade.

A alteridade, de acordo com Cardoso (2013) é a compreensão do outro a partir de suas semelhanças e diferenças comigo, em um processo de respeito e entendimento disso. É através da alteridade que conseguimos nos reconhecer no mundo e conhecer com inteireza nossa singularidade diante da nossa genericidade humana. É, portanto, o movimento de reconhecer o outro em mim e eu no outro, como parte da existência do mesmo gênero humano, em um processo de identificação.

Importante pontuar também que a alteridade não se confunde com empatia. Empatia é colocar-nos no lugar do outro, entender o que ele sente a partir de sua visão. A alteridade é nos reconhecer no outro, compreendendo que temos semelhanças e diferenças, dado a nossa condição humana. O conceito de alteridade faz com que compreendamos a relação entre a singularidade e universalidade do ser social. O reconhecimento da nossa genericidade sem eliminar a vivência da nossa singularidade é o que nos dar a capacidade de termos atitudes éticas, como sujeitos éticos que somos (Cardoso, 2013).

No tipo de sociabilidade a qual vivemos hoje – a sociabilidade capitalista – nos limita em nossa dimensão singular, o que impacta diretamente na nossa alteridade e, conseqüentemente, nos tornamos individualista, o que corrobora com a moral burguesa. A vivência na sociedade burguesa nos aliena em nossa capacidade humana, o que faz com que a objetivação de nossas ações éticas e do sujeito ético um grande desafio, afinal, a individualidade não cabe no senso coletivo instaurada na concepção de ética por nós escolhida.

No âmbito do Serviço Social, a temática da ética tonar-se emergente no debate profissional nos anos 1990, especificamente em 1993. O surgimento do neoliberalismo, atrelado as suas causalidades e conseqüências, fez com que a emergência fosse necessária, afinal, “demandam a resposta a um questionamento central: como viabilizar o compromisso profissional em condições tão adversas? E, do ponto de vista da ética, como traduzir os valores na particularidade da ação profissional?” (Sousa, 2016, p. 279). A interlocução com a obra de Lukács então tornou-se importante para a categoria profissional apreender esse movimento de acordo com sua direção ético-política.

György Lukács foi um filósofo e historiador húngaro, importante para a discussão do marxismo, principalmente com a obra “Para Uma Ontologia do Ser Social”. Em 1920, a discussão filosófica de suas obras já apontava para uma renovação marxista, recorrendo a reflexão de Hegel e tecendo críticas ao marxismo vulgar. Porém, essa renovação só se torna

possível com o colapso do stalinismo, que permitiu o ressurgimento de tendências, antes marginalizadas, do legado de Marx (Barroco, 2010).

É importante ressaltar que os autores, dentre eles Lukács, formaram um bloco de renovação do marxismo, mas este não era homogêneo, até porque a ideia do movimento era romper com a ideia de um único marxismo e ampliar o debate, inclusive com outras correntes filosóficas, não no sentido de se tornar eclético, mas sim criar uma consistência das ideias pelos autores defendidas. Lukács buscou recuperar um dos elementos centrais para a discussão da ética de classe: sua relação com o humano-genérico, ou seja, tirar o indivíduo de sua mera singularidade e alçá-lo na dimensão universal.

A indagação ético-moral percorre a trajetória política e filosófica de Lukács, apresentando nuances diferenciadas de acordo com a sua evolução nos processos históricos, fazendo com que ele não sistematizasse uma ética em si. No período de 1919 e 1923, sua obra é marcada por uma perspectiva “ética messiânica e voluntarista”. Em 1923, ele desvela as contradições do marxismo vulgar, resgatando o método crítico-dialético. Apenas em sua última fase intelectual, no período de 1965 a 1971, que, ao escrever “Estética” ele se propõe a uma redação da Ética, afirmando que essa só pode ser construída a partir de uma ontologia (Barroco, 2010).

As contribuições de Lukács para a construção de uma ética marxista, usando o recurso da ontologia, impactou a própria construção de um Código de Ética para os/as assistentes sociais, como é o caso do Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, objetivando, assim, a nossa ética profissional.

3.2. A ÉTICA PROFISSIONAL

Para pensarmos a ética profissional, devemos entender que ela se expressa como uma das dimensões do próprio Serviço Social, se objetivando na prática profissional como ação moral, normatizando deveres e valores através do Código de Ética. Para tanto, necessita-se de teorias que fundamentam a reflexão e intervenção como ação ética e política. Assim, a sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos, pois não são formas puras e nem absolutas (Barroco, 2018).

A ética profissional do Serviço Social vai estar atrelada a cada momento histórico da profissão. Por exemplo, em nosso primeiro código de ética, em 1947, os princípios norteadores da ação profissional não são os mesmos que vemos no nosso atual código de ética de 1993. De acordo com Cardoso (2013), a ética profissional traz valores e princípios que guiaram o

exercício profissional, expressando-se na vivência cotidiana dos/as assistentes sociais, bem como na codificação desses princípios e valores que se materializam no próprio CEP. Dessa forma, a ética profissional será a reflexão sobre a moralidade profissional, sendo um dos elementos que compõe e expressam o nosso projeto profissional.

De acordo com Brites e Barroco (2022) a ética profissional possui quatro esferas/dimensões: moral prática; filosófica; normativa; e política. A esfera moral prática refere-se a moral profissional, ao próprio comportamento dos profissionais relativo às ações orientadas pelo que se considera bom/mau, ou seja, os valores, à responsabilidade, à autonomia e à consciência em face das situações de conflito. Essa esfera remete-se a moralidade profissional.

As autoras salientam que a moral profissional está permeada pelo cotidiano, o que pode acarretar situações de alienação e de posicionamentos conservadores. Entretanto, não se pode demonizar a moral, pois é através dela que é possível ascender a comportamentos éticos comprometidos com o projeto profissional que busca uma sociedade justa e emancipada, dando materialidade à ética profissional.

A esfera filosófica “trata-se das orientações filosóficas e teórico-metodológicas que servem de base às concepções éticas profissionais, com seus valores, princípios, visão de homem e de sociedade” (Brites e Barroco, 2022, p. 116). Esta dimensão está ligada a busca da ética profissional por uma filosofia, ou teoria social, que ofereça o subsídio para fundamentar a reflexão profissional acerca da ética. No sistema capitalista, essa esfera acaba por ser negligenciada, pois as demandas do cotidiano, que requerem respostas imediatas dos/das profissionais, não dão espaço para uma reflexão crítica, o que desvaloriza o conhecimento filosófico.

A desvalorização é preocupante, pois é a partir da reflexão gerada pela esfera filosófica que fundamentam o posicionamento político dos profissionais em seus espaços de trabalho. Se os profissionais não tiverem uma boa base e concepção do que é a ética profissional e dos princípios do nosso Código de Ética, pode incorrer a posturas conservadoras, que não condizem com o nosso fazer profissional na atualidade.

Na esfera normativa está um dos modos particulares de objetivação da ética profissional: o Código de Ética Profissional. O Serviço Social teve em toda a sua trajetória 05 (cinco) Códigos de Ética, cada um respondendo ao tempo histórico em que foi elaborado. Partindo do primeiro de base neotomista até o que está em vigor atualmente, de base marxista, a profissão escreveu uma longa caminhada no movimento dialético da história.

A gênese do Serviço Social Brasileiro, como já dito anteriormente, é dada em 1930, em decorrência da fase monopolista do capitalismo. Assim, fez-se necessário a presença de um profissional que enfrentasse as expressões da questão social decorrentes dessa nova fase exploratória. Entretanto, o enfrentamento da questão social se deu pautado no neotomismo, da Doutrina Social da Igreja, já que atuação do/da profissional do Serviço Social na época era feita de forma caritativa, em que a questão social era entendida como problema de ordem social e religiosa e não como consequência do próprio sistema capitalista.

É nesse contexto que, em 1947, foi estabelecido o primeiro Código de Ética Profissional. Ele não tem valor legal, dado ao fato de que a profissão só foi regulamentada em 1957, porém foi a primeira elaboração de um código de ética profissional. Logo em sua introdução moral e ética surgem como sinônimos, “conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1947, p. 1) e os indivíduos colocados como “pessoas humanas desajustadas”, em uma evidente visão conservadora. Além disso, no que toca aos deveres fundamentais, é colocado que os/as assistentes sociais do período deveriam respeitar a lei de Deus e agir de acordo com as leis e os bons costumes. Os usuários recebiam a nomenclatura de “beneficiário do serviço social” e estes deveriam ser tratados de acordo com a caridade cristã.

É nesse sentido que Guedes (2016, p. 31) coloca que:

[...] os assistentes sociais que escreviam sobre sua profissão no Brasil, ancorados em aspectos do conservadorismo romântico, interpretavam que suas ações profissionais deveriam projetar-se para a construção de projeto político ancorado em reformas sociais, com vistas à correção do que interpretavam como desacertos na ordem natural da sociedade de forma a torná-la mais humana.

O segundo Código de Ética Profissional, elaborado em 1965 e o primeiro com valor legal, deu prosseguimento ao neotomismo, porém introduzindo valores liberais de matriz positivista, estando em consonância com o contexto da “modernização conservadora”, nomenclatura posta por Netto (2015). Teve-se um aprimoramento das bases científicas, justamente para atender as demandas de reprodução do capital. Podemos ver claramente os valores humanistas-cristãos do neotomismo e, em seguida, a ideia de integração social do positivismo, nas seguintes passagens do CEP:

Dos deveres fundamentais

Art. 7º - Ao assistente social cumpre contribuir para *o bem comum*, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, *capacitando* indivíduos, grupos e comunidades para sua *melhor integração social*.

Dos deveres para com as pessoas, grupos e comunidades atingidos pelo serviço social

Art. 22º - O assistente social deve interessar-se por todos *os grandes problemas sociais* da comunidade, dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o *desenvolvimento solidário e harmônico do país*. (CFAS, 1965, grifos nossos).

Guedes (2016) aponta que as novas tarefas dadas aos/as assistentes sociais no mundo moderno acabavam por convergir com a nova posição da Igreja Católica, que antes criticava o avanço do mundo moderno, mas passou a ressaltar e estimular os cristãos para conciliar os avanços do progresso, da ciência e da técnica, em uma “perspectiva metafísica neotomista”.

No próprio Código de Ética de 1965, em sua introdução, temos a seguinte passagem: “O Serviço Social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, imponto aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades” (CFAS, 1965, p. 1). Além disso, no decorrer do citado CEP, ressalta-se a defesa do bem comum, o que, de acordo com Guedes (2016), sua associação com os deveres dos/das assistentes sociais, sem referência às classes sociais, se une ao ideário desenvolvimentista da época, que, tem como um dos seus pilares atribuir a precariedade material ao atraso cultural, decorrente do não acesso à capacitação para a integração no progresso social.

O bem comum, nesse contexto, presente tanto no CEP de 1965 quanto no de 1975, assume um caráter a-histórico, pois, de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 46) “sem o desvelamento da direção social e dos pressupostos teóricos que lhe dão significado e fundamentação, esse termo se torna uma abstração sem conteúdo histórico”.

Dez anos depois, em 1975, o terceiro Código de Ética Profissional foi instituído, suprimindo “as referências democrático-liberais do Código anterior” (Barroco e Terra, 2012, p. 45), afinal, o Brasil estava no auge da autocracia burguesa, e, reconhecendo o Serviço Social no movimento da história, seguiu-se a postura de censura e disciplinamento do Estado, ainda enfatizando a questão do bem comum, presente no CEP de 1965, como podemos perceber na seguinte passagem de sua introdução:

Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais – formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade (CFAS, 1975, p. 1).

A nomenclatura “cliente” para se referir aos usuários é um outro indicativo da postura conservadora existente ainda nesse CEP, e podemos vê-la várias vezes no decorrer do documento. Essa postura mostra-nos que os usuários das políticas sociais não eram vistos como sujeito de direitos, o que despolitizava tanto as políticas como a classe que majoritariamente se

beneficiava delas. Haverá, ainda, uma integração entre o neotomismo e o personalismo⁴, em que centra o indivíduo na vida social.

O que podemos perceber, então, é que os primeiros Códigos de Ética Profissional, apesar de terem as suas singularidades dadas a cada período histórico em que eles foram normatizados, possuem semelhanças como o conservadorismo, a influência da Igreja Católica e uma concepção a-histórica da realidade. Entretanto, uma diferença fundamental entre ambos é o pluralismo, que aparece no CEP de 1965 anunciando as diferentes concepções existentes e em 1975, esse fator é totalmente apagado, caracterizando um retrocesso.

Em linhas gerais, podemos dizer que os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 elegem

[...] valores humanistas-cristãos, como pessoa humana, perfectibilidade da pessoa humana, bem comum, autodeterminação e integração social, orientando a ação profissional ao enquadramento, ajustamento e correção das condutas de maneira disciplinadora, em uma abordagem focada na individualização e moralização da questão social, em consonância com o *ethos* burguês e sob forte influência da Doutrina Social da Igreja Católica (Cardoso, 2013, p. 166).

Em 1986, o novo Código de Ética Profissional chega com uma nova proposta para a categoria profissional, rompendo com o conservadorismo presente nos outros CEPs, acompanhando o movimento da história que repercutia o fim da autocracia burguesa no Brasil. Rompeu-se com a imparcialidade, até então histórica na profissão, para ter uma direção política clara: a classe trabalhadora. A base filosófica, a partir desse código de ética, será o materialismo histórico-dialético, obtendo influência de Lukács a partir dos anos 1990.

Em sua introdução, o referido CEP já salientava as transformações na sociedade brasileira da época e enfatizava a importância de o Serviço Social acompanhá-las, em consonância com uma perspectiva macrosocial de estudar a realidade; “[...] a categoria de assistentes sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita a vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFAS, 1986, p. 1).

Além disso, CEP de 1986 foi o resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, iniciado três anos antes, o que demonstra a importância das categorias profissionais (a exemplo, na época, do Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS – e do Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS) para a construção de uma profissão organizada coletivamente.

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o

⁴ Pensamento do filósofo Mounier, pautado na fenomenologia, com aspectos de ecletismo teórico. “Segundo Mounier, o personalismo não se propõe a fundar um sistema filosófico, mas uma atitude, um posicionamento de valor em face da realidade social” (Barroco, 2010, p. 131).

desvelamento do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído (Barroco e Terra, 2012, p. 48).

Importante salientar que, a postura ética no Serviço Social no CEP de 1986 “não estar solidamente alicerçada a apropriação ontológica de Marx” (Sousa, 2016, p. 276), o que acaba enfatizando uma postura ancorada na dimensão abstrata. Assim, o CEP de 1993 veio para “corrigir” algumas lacunas deixadas pelo seu antecessor. Como foi o primeiro a romper com a visão conservadora que imperava na profissão, acabou caindo em um militantismo, o que não casa com o pensamento crítico que vinha sendo formulado ativamente na categorial profissional.

Também houve equívocos na compreensão ética do que são princípios e diretrizes, sendo colocados muito mais na ideia de deveres ou direitos dos/as assistentes sociais. No que se refere a esse último tópico, temos como algumas das diretrizes e princípios norteadores:

- A devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos.
- A denúncia das falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição e não acatamento de determinação patronal que fira os princípios e diretrizes deste Código.
- O apoio e/ou a participação nos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. (CFAS, 1986).

Em 1993, quando ocorreu a reformulação do CEP, foi também uma tentativa de enfrentar a onda neoliberal que adentrou no país. Para essa reformulação, buscou-se colocar como suporte as bases ontológicas do pensamento de Marx, inscrevendo valores no âmbito da *práxis*. Vale salientar que, no cenário nacional, o Brasil passava pelo processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, o que impulsionou o debate sobre a ética na sociedade.

Podemos dizer que existem dois valores centrais em uma ética baseada no materialismo histórico-dialético: a liberdade e a emancipação. Inclusive, no CEP de 1993, a liberdade é o valor ético-central. Aqui, a liberdade é compreendida como fonte de emancipação, o que significa o fim da exploração de classe, gênero e etnia. Alguns dos princípios fundamentais constatados no CEP de 1993:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

Os ganhos nos anos 1980 foram de extrema importância para a consolidação da imagem e produção científica no Serviço Social até os dias de hoje. O Congresso da Virada em 1979 foi um dos primeiros precursores para isso, aliado à adoção do materialismo histórico-dialético (que originou a produção do livro *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho) e ao Código de Ética em 1986.

Por fim, a última dimensão da ética profissional está ancorada na política. A política é uma esfera importante do ser social e a ética profissional perpassa por ela, pois exige a participação dos sujeitos coletivos, responsáveis pelos posicionamentos de valor, de acordo com determinantes históricos. Vivemos em uma sociedade capitalista, em que uma de suas características base é a contradição, onde projetos de classes distintos estão em disputa. Na atual conjuntura, com o avanço do conservadorismo na sociedade, contribui para uma fragilização de uma ética profissional crítica, o que favorece o espraiamento de uma moral conservadora, esvaindo a criticidade da ética.

Com isso, vemos que a ética profissional não está isenta de tensionamentos e conflitos, afinal, ela está inserida em um contexto de sociedade de classes, em que a moral dominante é da burguesia, que vai diretamente de encontro com o projeto profissional emancipatório defendido hegemonicamente pelo serviço social. O próprio cotidiano está eivado dos ideais burgueses e, remar contra a maré, se torna fundamental para que a ética encontre sua natureza de *práxis* voltada para a liberdade, pois, “[...] em termos éticos significa não compactuar com a reprodução de valores que neguem os direitos humanos e sociais, nem se omitir diante de injustiças e opressões e discriminações” (Brites e Barroco, 2022, p. 120).

A defesa dos direitos humanos é um dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. A sociedade burguesa obriga a existência deles, dadas as condições sociais impostas que não asseguram os direitos básicos. Ao mesmo tempo em que são necessários, principalmente para a população usuária dos serviços prestados profissionalmente, o seu caráter de universalidade dos direitos acaba sendo contraditório na sociedade capitalista, fundada na desigualdade estrutural. Contudo, Barroco e Terra (2012), reconhecem os seus limites, mas enfatizam que esses limites não devem levar à negação absoluta, pois os direitos humanos podem ser utilizados como estratégia de resistência.

Com isso, vemos que a ética profissional não beneficia somente os/as assistentes sociais, mas também protege as suas relações profissionais, principalmente com a população usuária. Um exemplo disso é o sigilo profissional, materializado no Código de Ética em seu artigo 16,

que traz que o “sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 1993, p. 35).

Podemos dizer também que a ética profissional é a ética que se desenvolve fora das universidades e dentro das categorias profissionais. Simões (1998) chamaria essa distinção de “método da convicção”, por considerar que a ética está em sua função diretiva. “Portanto, a ética serve também como um método de direcionamento em relação à vida e aos interesses da população” (Simões, 1998, p. 70). Esse ponto de vista expressa a ética em sua função política, que podemos considerar dentro da esfera/dimensão política da ética profissional que já abordamos anteriormente nesse capítulo.

Assim, a ética e a ética profissional são campos intrínsecos ao fazer profissional. Foram construídas no movimento histórico da sociedade, dada à necessidade humana de construir uma ciência que estudasse os padrões de comportamento humano de forma racional e crítica. Devemos fortalecer a ética orientada pela tradição marxista, reconhecendo sua função mediadora na luta de classes imposta pela sociabilidade burguesa.

No capítulo a seguir, falaremos sobre a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, seu percurso pela história até os dias de hoje, dando-nos base para a pesquisa a seguir.

4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Quando pensamos sobre a produção do conhecimento no Serviço Social atualmente, quase que instantaneamente nos referimos a um conhecimento crítico, pautado na Teoria Social Crítica extraída dos estudos do alemão Karl Marx. Desde os anos 1980, com o Congresso da Virada em 1979 e a publicação do primeiro livro com uma abordagem pautada no método de Marx – Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, dos autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho –, na década de 1980, que temos uma hegemonia de trabalhos, teses, dissertações, livros, artigos, entre outros, em matéria do Serviço Social com o método dialético de Marx.

Assim, acreditamos que é essencial apreendermos a importância do método marxista para a produção do conhecimento crítico no Serviço Social, fazendo um resgate, ainda que breve, da construção do conhecimento e dos principais métodos utilizados no campo das Ciências Sociais, com seus avanços e limitações. Após isso, entraremos na discussão da produção do conhecimento em si, como o Serviço Social acabou se tornando uma área do conhecimento (Mota, 2013) em consequência de sua maturidade teórica e hoje é considerado uma referência no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

A busca de conhecimento pelos homens vem de longa data. Primeiramente, as explicações sobre a realidade partiam do misticismo, da mitologia e da religião, pautado em um campo muito mais fantástico do que realmente explicativo. Assim, no mundo ocidental, a filosofia grega é a primeira forma de conhecimento ao romper com isso, buscando uma forma sistemática e racional de se pensar os fatos.

Tonet (2013a), ao se referir ao padrão greco-medieval, coloca que ele se caracteriza pelo trabalho escravo e o trabalho servil, respectivamente. Através dessa base material, esses povos construía suas concepções acerca do mundo e as consideravam essencialmente imutáveis, ou seja, preponderava a visão a-histórica tanto do mundo natural, quanto do mundo social, em que se fazia necessário apenas a organização da cidade e da vida, sem visar a transformação da natureza.

O padrão greco-medieval também tinha um caráter que, para o Serviço Social, é de suma importância para a produção do conhecimento: a ontologia. Os pensadores do referido período, como Aristóteles e Tomás de Aquino, buscavam romper a barreira da aparência e buscar a essência das coisas, principalmente por considerarem o caráter imutável da razão. Entretanto – tendo em vista o parco desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, a submissão do homem aos fenômenos da natureza, aparentemente imutável, naquele momento –, essa

ontologia metafísica estava “oculta pelos véus dos elementos empíricos” (Tonet, 2013a, p. 27), pautada no mundo das ideias, no empirismo, o que impossibilitava de perceber a historicidade e assim, efetivamente, construir uma ontologia do ser social, essa sendo a utilizada no Serviço Social.

Com a Revolução Industrial, e posteriormente a Revolução Francesa, esse panorama modificou-se. Agora, fazia-se necessário atender as demandas advindas da sociedade capitalista que nascia, essas que não conseguiam mais ser atendidas pelo padrão greco-medieval. Surge, então, a ciência moderna, instaurando um novo método científico, um novo padrão de conhecimento. De acordo com os modernos, o padrão greco-medieval “não poderia, de fato, produzir conhecimento verdadeiro, uma vez que seus resultados não eram passíveis de verificação” (Tonet, 2013a, p. 36). Daí, surge a teoria social, em que Tonet (2013b) a divide em duas: uma teoria social, pautada na ciência burguesa, e outra a teoria social crítica, advinda das obras de Marx.

A teoria social, por si só, é eivada de contradições. Isso acontece em razão de a sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que possibilita, dificulta a compreensão da realidade social como produto de atos humanos (Tonet, 2013a). Esse caminho nos leva a compreender a realidade social de forma alienada, o que difere radicalmente de uma perspectiva crítica.

A teoria social burguesa é conservadora, pois não consegue – e nem tem o desejo – de pensar em uma sociedade que supere a ordem desigual do capital. Apesar disso, o conservadorismo não fez parte da gênese da burguesia. Na verdade, eram dois campos opostos e os burgueses tinham, inicialmente, um anseio revolucionário. No período anterior a 1789 (antes da Revolução Francesa), a burguesia realmente teve o *status* de revolucionária, conseguindo depor o Antigo Regime. Uma vez tornando-se a classe dominante, a burguesia se atrelou ao conservadorismo para conservar-se no poder. Mudar a sociedade de forma radical estava fora de questão, afinal, não é interessante destruir a sociedade classes, apenas reformá-la no intuito de amenizar as mazelas provindas dela.

Tonet (2013b), trazendo a discussão para a atualidade do campo das Ciências Sociais, aponta que o próprio abandono das categorias fundamentais, como luta de classes, exploração, imperialismo, entre outras, e a negação da possibilidade da compreensão da realidade social, são formas de demonstrar o caráter cada vez mais conservador da forma de fazer ciência na sociedade moderna.

A teoria social crítica surgiu no cerne da sociedade burguesa, por meio dos escritos de Karl Marx. Ao estudar a sociedade burguesa, Marx não buscou conservar o que estava posto, mas sim ir além, para poder apreender a efervescente nova forma de sociabilidade. A partir do

momento que ele entende que o trabalho é a categoria fundante – mas não a única – do ser social e de como este trabalho era feito de forma alienada no sistema capitalista, em que quem vendia a sua força de trabalho era explorada e não recebia por tudo o que produzia, entende-se a necessidade de superar essa sociedade exploratória. A realidade social é composta pela luta de classes, luta pela produção e apropriação da riqueza socialmente produzida.

Dessa forma, a ciência moderna, serviu, prioritariamente, aos interesses da burguesia, fazendo com que uma abordagem crítica do conhecimento seja dificultada ao extremo. Tonet (2013a), ao falar sobre a metodologia científica, aponta que ela parte dos mesmos pressupostos que sustentam a cientificidade moderna, ou seja, possui uma abordagem gnosiológica, em que o sujeito é o polo da produção científica.

A abordagem gnosiológica, assim como a ontologia histórica-social, são formas de estudar a problemática do conhecimento. Como dito anteriormente, na gnosiologia, o sujeito é o eixo da produção científica e, para a ciência moderna, considerada a única ponte para se construir o conhecimento, o que desconsidera outros meios para alcançá-lo. Já para a ontologia histórica-social, o objeto é o centro do estudo. É esta ontologia que estuda o ser social na historicidade, apreendendo a essência deste.

Dada a construção feita até aqui, vale destacar a distinção do que é o conhecimento construído no senso comum e um conhecimento realmente científico. De acordo com Guerra (1998), o conhecimento teórico pode ser dividido em dois níveis: o conhecimento oriundo do intelecto e o proveniente da razão. O primeiro, que ela chama de “entendimento”, é a aceitação passiva das informações que chegam pelo cotidiano⁵, pela necessidade de sobrevivência, de reprodução da existência, localizado na epiderme do real, ou seja, do que está na superfície. Em Kosik (1976), podemos dizer que esse “entendimento”, constitui o mundo da “pseudoconcreticidade”, em que, em suma, é onde se constitui o mundo dos fenômenos externos, o mundo do tráfico e da manipulação, o mundo das representações comuns e o mundo dos objetos fixados.

Já o conhecimento proveniente da razão dialética vai além de apreender as informações imediatas da vida cotidiana. É a busca de capturar a “[...] processualidade contraditória de seus objetivos e visa a re-figuração, ao nível do pensamento, do seu movimento” (Guerra, 1998, p. 2). Em Kosik, esta razão dialética se dará justamente com a destruição da pseudoconcreticidade, não por negar a existência ou objetividade dos fenômenos, mas sim para destruir sua pretensa

⁵ O cotidiano, conforme Heller (2000), é um espaço que tem como características principais: a heterogeneidade, o imediatismo, o pragmatismo, o pensamento ultrageneralizador e a que “mais se presta à alienação” (Idem, p. 37).

independência. “A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade” (Kosik, 1976, p. 24).

A construção do conhecimento é um processo antigo na sociedade ocidental. Desde o início, os homens buscam formas de explicar a sua existência e, posteriormente, de como utilizar a natureza ao seu favor. Com o amadurecimento da espécie, a construção do conhecimento vai se moldando de acordo com as necessidades que são criadas no decorrer da humanidade. Atualmente, temos uma ciência moderna que é, majoritariamente, composta por uma perspectiva burguesa de produzir conhecimento. Digo majoritariamente, pois ainda temos uma minoria que busca apreender o social a partir de uma teoria social crítica, que realmente o desvenda em sua essência.

Disto isso, é necessário apresentar que Marx nunca escreveu uma obra tecendo detalhadamente qual era o seu método. Na realidade, o apresentou através de suas obras, de acordo com o amadurecimento de sua escrita e da aproximação com a efervescência da Revolução Industrial, Revolução Francesa e a conseqüente ordem burguesa por estas instaurada. Ordem burguesa essa que foi o objeto de estudo da vida de Marx. Entretanto, no que toca especificamente ao método, podemos perceber, através de Ideologia Alemã, que a questão do método histórico-crítico dialético registra seus principais fundamentos, como a história, a sociedade e a economia.

É importante também abordar um pouco sobre o materialismo e o idealismo, que são as duas grandes concepções sobre a realidade. De acordo com a concepção de Tonet (2013a) acerca dos estudos de Marx, o autor aponta que ambas as concepções (materialismo e idealismo) possuem uma lacuna fundamental: o princípio da práxis. No materialismo “a realidade é vista apenas como algo exterior ao homem, como algo despido de subjetividade” e no idealismo “ao contrário, a verdadeira realidade é a realidade da ideia, do espírito” (Tonet, 2013a, p. 78). Dessa forma, a práxis é o princípio que confere a unidade a estas duas concepções, uma unidade indissolúvel, necessárias para o entendimento da realidade.

Dada a construção da ontologia do ser social por Marx é que conseguimos perceber que a realidade social tem um caráter de totalidade, ou seja, “um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por contradições e em constante processo de efetivação” (Tonet, 2013a, p. 115). Essa categoria de totalidade é de fundamental importância para o Serviço Social, pois é ela, junto com as categorias de mediação e da contradição, que nos permite visualizar realidade em si, de forma não isolada.

Como já coloca Yazbek (2018) a natureza do ser social não é percebida em sua imediaticidade. É necessário enxergar o objeto além da aparência, pois, como diria Marx, se

conseguíssemos captar tudo através do que o objeto nos revela em sua aparência, a busca da essência não seria necessária e assim a ciência também seria desnecessária. O essencial, ao estudarmos de acordo com o método de Marx, é ultrapassar a imediaticidade e chegar à síntese de múltiplas determinações, é elevar o abstrato ao concreto, afinal, é no concreto que conhecemos a realidade.

Portanto, conseguimos entender a motivação do Serviço Social adotar o método em Marx para a produção do conhecimento. Entender a sociedade através das categorias de totalidade, mediação e contradição, é que conseguimos entendê-la em sua essência. A visão de totalidade é que consegue oferecer ao(a) assistente social o entendimento de que, na sociedade capitalista em que vivemos, não existe um caso isolado, e sim que tudo está interligado ao modelo de sociedade exploratório em que vivemos. É entender que não existe “questões sociais” e sim as expressões da questão social.

Assim, de acordo com Iamamoto (2015, p. 463) a produção científica no Serviço Social ultrapassou

[...] a visão endógena da profissão, foram realizados importantes esforços de apropriação teórico-metodológica das grandes matrizes do pensamento social na modernidade e da crítica a pós-modernidade, instaurando o debate plural e respeitoso entre diferentes perspectivas. Constatou-se um avanço na análise da profissão ante as transformações recentes operadas no Estado e na sociedade e suas derivações na cultura e na sociabilidade.

O Serviço Social aproximou-se da teoria marxista de forma qualificada a partir dos anos 1980, período marcado pela sua maturação teórica. Inclusive, é no decorrer dos anos 1970 e 1980 vão ser constituídos no Brasil os programas de pós-graduação em Serviço Social, o que foi de fundamental importância para a consolidação do Serviço Social como área do conhecimento, reconhecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A universidade, assim, se tornou uma das protagonistas desse processo, pois teve que “redirecionar a formação profissional na perspectiva do novo perfil acadêmico-profissional requerido, o que exigiu uma progressiva vinculação do ensino à pesquisa e à extensão” (Férriz *et al.*, 2014, p. 176).

A pós-graduação na área do Serviço Social é de extrema importância para a realização de pesquisa e, conseqüentemente, a produção de conhecimento no país. Iamamoto (2015) aponta que a produção de conhecimento está alicerçada, prioritariamente na pós-graduação e nos núcleos de pesquisa, mas também constata a presença significativa da investigação no ensino de graduação e de valorização da pesquisa no próprio exercício profissional.

A pesquisa foi posta como princípio e condição da formação profissional, através da revisão do currículo mínimo de 1982, que culminou com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 (Silva, Matias e Nóbrega, 2018). Na década de 1980, também tivemos a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que “veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972” (ABEPSS, 2024). Além disso, a antiga Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) transforma-se, em 1996, em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), para atender os “princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior” (ABEPSS, 2024), o que só fortaleceu o caráter de produtora de conhecimento da profissão.

Iamamoto (2015, p. 452) também pede uma atitude investigativa do(a) assistente social, pois:

[...] uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.

Os espaços para a socialização, apresentação e debate das pesquisas realizadas são diversos. Temos como principais eventos representantes o Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS), realizado de dois em dois anos; e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), também realizado de dois em dois anos. Ambos concentram pesquisadores de vários cantos do país em uma programação que promove debate, cultura e exposição.

Além deles, temos periódicos para a publicação de artigos e de editoras para publicação de livros. Os principais periódicos da área são: Revista *Serviço Social e Sociedade*, que tem suas edições publicadas eletronicamente a partir de 2010 e versões mais antigas pelo selo da Cortez Editora, dado que a sua publicação começou a ser feita em 1979, sendo o primeiro periódico da área; a revista *Temporalis*, que é, assim como o ENPESS, organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); e a revista *Katálisis* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De editora, a principal delas, que contempla um grande acervo de livros de Serviço Social é a *Cortez Editora*, uma grande aliada para a difusão da produção de conhecimento na área.

Assim, segundo Mota (2013), o Serviço Social tornou-se uma profissão e reconhecidamente uma área do conhecimento, por sua rica produção científica, bem exemplificada pelas pós-graduações existentes no país. Ou seja: o Serviço Social é um produtor do conhecimento, o que o torna valioso tanto para as pesquisas, como para os estudos na própria área ou em áreas afins. Mais adiante aprofundaremos na temática da produção do conhecimento, já que não é nosso foco nesse capítulo.

O fato exposto acima também abre espaço para presença de intelectuais formadores de massa crítica para movimentos sociais, populares e sindicais, a exemplo do Associação de Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST); para profissionais que buscam a pós-graduação em Serviço Social por conta do seu teor crítico; e para a demanda de intelectuais da área para a composição de bancas de teses e dissertações. Igualmente, temos os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da ABEPSS, que “vêm se constituindo como uma estratégia coletiva de fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social” (Lewgoy e Serpa, 2019, p. 176).

Como podemos ver, o Serviço Social empenhou-se bastante nas últimas décadas para construir um espaço forte e diversificado, denotando sua importância para a sociedade. Com isso, é válido salientar que não existe separação entre profissão e área do conhecimento. De acordo com Guerra (1998, p. 5) “o conhecimento para o Serviço Social precisa se constituir em subsídio à Prática Profissional [...]”, principalmente se partirmos do entendimento que prática e teoria são indissociáveis.

Ainda nesse caminho, para Mota (2013, p. 20):

[...] reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento é também enfrentar o discurso que desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos sociais, adjetivando-a de “produção acadêmica descolada das necessidades da prática profissional”. O que defendo é a função intelectual-crítica do Serviço Social que, também convivendo com uma produção voltada à inovação do conhecimento, exercita outros meios de socialização de valores e ideologias que não são adstritos (porém relacionados) às demandas imediatas da prática.

Vale salientar que Mota (2013) não destoa profissão e área do conhecimento. Existem patamares diferentes na intervenção social do Serviço Social, essas atuando como uma unidade, e reconhecer essas duas dimensões como uma unidade é entender que teoria e prática não se dissociam, e sim se complementam, o que é argumento o bastante para combater o discurso de que “na prática, a teoria é outra”. O próprio projeto ético-político profissional sustenta essa unidade, tanto pelo trabalho profissional, quanto pelo papel intelectual desenvolvido pela profissão em face dos objetos de conhecimento e intervenção, que são os interesses da classe trabalhadora.

Apesar de muitos ganhos adquiridos na trajetória do Serviço Social, estes não foram feitos sem lutas e tensionamentos. As universidades públicas, espaços de grande parte dos programas de pós-graduação que fomentam a pesquisa e, conseqüentemente, a produção do conhecimento, vive sob ataques impetrados pelo próprio capitalismo. A implementação de políticas de cunho neoliberal (e, posteriormente, ultraneoliberal), desde os anos 1990, fez com que se aprofundasse a mercantilização do ensino superior, os ataques à educação superior pública e gratuita, impulsionadas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impõem normativas para a desregulamentação e privatização da educação no Brasil.

[...] vale demarcar a existência de tensões e contradições entre a dimensão pública da pesquisa e o seu “empresariamento”; entre os requisitos da instrumentalidade técnica e a luta e resistência dos intelectuais pela autonomia na produção do conhecimento, onde se incluem os do Serviço Social, reiterando sua rebeldia profissional e intelectual (Mota, 2013, p. 21).

No governo Bolsonaro tem-se o aprofundamento do desmonte das universidades públicas, muito mais denso do que nos anos de 1990, pois “a asfixia financeira se soma a uma ofensiva ideológica do obscurantismo instalado no governo que vê como inimigos a universidade pública, as iniciativas de democratização em seu interior e o próprio conhecimento produzido” (Vieira, 2019, p. 99).

Além da ofensiva contra a universidade pública, gratuita e de qualidade, também temos como tensionamento para a produção do conhecimento no Serviço Social com a agudização da invasão do ideário pós-moderno, mesmo antes deste governo. De acordo com Sousa (2005), o pensamento pós-moderno não é dotado de teoria e nem se pode afirmar a existência de teóricos pós-modernos. É um campo de ideias distinto de homogeneidade que ganha força a partir da metade dos anos 1970, com as primeiras reflexões advindas de Jean-François Lyotard. Esse ideário vem da reestruturação do capital, que impôs a “necessidade” de efetuar novos valores e regras de comportamento, dando base ao pensamento pós-moderno, reconhecido também como um neoconservadorismo.

Cantalice (2013) identifica os seis elementos estruturadores da pós-modernidade: a anti-razão, a anti-totalidade, a anti-história, a anti-ontologia, o anti-método e o antimarxismo e faz uma preocupante constatação: eles estão sendo incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, revelando a influência que este exerce em nosso campo profissional. Ou seja, o ideário pós-moderno vai de encontro a tudo que explanamos aqui neste tópico: rejeita a modernidade, a visão de totalidade da teoria marxista, nega a história e acaba se eivando de ecletismos para tentar formular sua base.

É com essa explanação que mostramos a importância que o Serviço Social construiu em sua trajetória, alcançando sua maturidade teórica e se tornando, além de profissão, área do conhecimento difundida e requisitada. Por isso é tão importante continuarmos a fazer pesquisa, para endossar nosso arsenal crítico, que dá base para continuar a moldar uma profissão cada vez mais comprometida com a classe trabalhadora.

4.1. SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: UM PANORAMA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA

O desenvolvimento do Serviço Social no Nordeste ocorreu de forma diferenciada do restante do país, principalmente do eixo Centro-Sul. Enquanto a primeira Escola de Serviço no país foi criada em São Paulo no ano de 1936, a primeira escola no nordeste só veio surgir na década seguinte, no estado de Pernambuco. O motivo para tal é o desenvolvimento desigual no interior do país, por conta das contradições do sistema capitalista. De acordo com Silveira Junior (2021, p. 20):

Do ponto de vista dos dramas sociais condicionados pela afirmação capitalista no Nordeste - fundada na integração da região na expansão das relações burguesas no país - três variáveis tornaram-se definidoras do que foi próprio da "questão social" nessa realidade: em primeiro lugar, tais dramas foram configurados pelas consequências sociais e políticas da mecanização da agricultura e da acentuação do latifúndio, quando as usinas passaram a dominar a produção açucareira em crise; em segundo lugar, as vicissitudes sociais do Nordeste aparecem impelidas pelo atraso econômico, o parco desenvolvimento das forças produtivas, a exploração e pauperismo extremo das regiões sertanejas, dominadas pela economia algodoeira-pecuária; em terceiro lugar, incluem-se também as colisões políticas e iniquidades sociais geradas pela exploração operária no âmbito tipicamente manufatureiro (ou comercial).

O Nordeste era uma região que vivia de agricultura, ao mesmo tempo que sofria com os períodos de seca. Esse processo acabava interferindo na economia local e, conseqüentemente, no desenvolvimento dele. O cenário só começou a mudar a partir dos anos 1950, com a movimentação do campo através das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais e na criação, pelo Estado, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959.

As mudanças na década de 1950 para o Nordeste foram bastante significativas para a região. Teve-se a criação de usinas hidrelétricas, como a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, inaugurada em 1955. Além dela, também se teve a expansão das rodovias, o que melhorou o traslado entre as cidades e estados; incentivos fiscais para a região, no intuito de atrair empresas e gerar empregos. Os anos 1950 também foi um período de grande migração da

população nordestina para os grandes centros urbanos, como São Paulo, na perspectiva de buscar emprego nas indústrias e comércios que estavam prosperando.

No que toca ao Serviço Social em específico, a criação das primeiras escolas no Nordeste foi feita por conta de um combinado de fatores. Silveira Junior (2021) coloca que, o mesmo que aconteceu com as escolas que foram criadas em outros locais do Brasil ainda na década de 1940, aconteceu com as escolas nordestinas: a expansão e adensamento das organizações católicas; o impacto socioeconômico gerado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; a ideologia desenvolvimentista, que corroborou com a ascensão de projetos político-econômicos direcionados para a industrialização; e “a acentuação das sequelas sociais da integração desigual do Nordeste no avanço das dinâmicas típicas dos monopólios no país” (*ibid.*, p. 24). A incorporação da teoria da norte-americana Mary Richmond não passou ileso desse processo, além ainda da forte presença da Igreja Católica na formação profissional.

Com isso, já foi dito que a primeira escola no Nordeste foi criada em Pernambuco, em seguida veio a da Bahia (1944) e a do Rio Grande do Norte (1945). Criadas nas décadas de 1950 foram as, em sequência: Fortaleza (1950), João Pessoa (1952), São Luís (1953), Aracajú (1954), Maceió (1957) e Campina Grande (1957), esta última sendo a primeira de uma cidade do interior do nordeste, na Paraíba em específico, já que as outras se concentravam nas capitais.

Essas escolas eram de cunho confessionais e particulares, sustentadas tanto por subvenções governamentais, como por instituições assistenciais nacionais, doações e mensalidades das alunas. A diversidade de fontes de provimento se expressava em problemas financeiros nessas instituições, que tinham instalações limitadas para o desenvolvimento pleno das atividades do ensino e dificuldades de pagamentos dos professores (Silveira Junior, 2021). Por conta desse parco desenvolvimento, foram incorporadas as instituições de ensino superior que começavam a surgir nos anos 1950, porém, só teve mudanças no padrão dos cursos com a reforma universitária de 1968, que abriu margem para a criação dos primeiros programas de pós-graduação na década de 1970.

A primeira universidade pública do Nordeste a criar um programa de pós-graduação em Serviço Social foi na Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa (UFPB), em 1978, seguida pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979. Após esses, o próximo programa criado foi apenas em 1993, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em Políticas Públicas, mas que abarca a área do Serviço Social. Em seguida, já nos anos 2000, temos a criação do programa de pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2000, na Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) em

2002 (que, assim como da UFMA, é em Políticas Públicas); na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2004, na Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) em 2011, na Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2012, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2013, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2014; e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), as mais recentes, ambas no ano de 2019 (Plataforma Sucupira, 2022).

No total, são 12 (doze) programas de pós-graduação que contam com, pelo menos, mestrado. Com relação ao doutorado, 06 (seis) possuem, ou seja, a metade dos programas já contam com o doutorado, o que é um quantitativo positivo e que deve ser estimulado para as outras também contarem com ele. No Quadro 1 abaixo traremos o panorama geral desses programas, junto com o conceito CAPES, área de concentração e linhas de pesquisa existentes.

QUADRO 1 – Programas de Pós-Graduação do Serviço Social no Nordeste

Universidade	Cursos	Conceito CAPES	Área de Concentração	Ano de Criação
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UEPB)	Mestrado e Doutorado	4	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	1978
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Mestrado e Doutorado	6	SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS SOCIAIS	1979
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	Mestrado e Doutorado	6	POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS; POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS	1993
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	Mestrado e Doutorado	4	SOCIABILIDADE, SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	2000
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (FUFPI)	Mestrado e Doutorado	5	ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	2002
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	Mestrado e Doutorado	5	SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS SOCIAIS	2004
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (FUFSE)	Mestrado	4	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	2011
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	Mestrado	4	SERVIÇO SOCIAL	2012
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	Mestrado	3	SERVIÇO SOCIAL, QUESTAO SOCIAL	2013

			E DIREITOS SOCIAIS	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	Mestrado	3	SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS	2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Mestrado	3	SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E DIVERSIDADE HUMANA	2019
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	Mestrado	3	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS	2019

Fonte: Elaborado por nós através da Plataforma Sucupira (2024) e páginas dos Programas de Pós-Graduação (2024).

As linhas de pesquisa dos programas variam de duas (02) a oito (08). As únicas universidades que possuem em suas linhas de pesquisa a temática da ética, tema central dessa dissertação, são a UFPE e a UFRN, o que já demonstra certa subalternização dela. As outras se concentram mais em Política Social, Questão Social, Estado e Trabalho como demonstra o Quadro 2 abaixo.

QUADRO 2 – Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação do Nordeste

UNIVERSIDADE	LINHAS DE PESQUISA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Social, Questão Social e Trabalho • Formação da Sociedade Brasileira, Teoria Social e Diversidade Sociocultural • Política Social, Direitos Sociais, Território e Desenvolvimento Regional
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social • Serviço Social, Trabalho e Questão Social • Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos • Serviço Social, Ética e Direitos Humanos • Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental • Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidades
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	<p>Políticas Públicas e Movimentos Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estado, Cultura e Políticas Públicas • Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente • Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas • Estado, Trabalho e Políticas Públicas <p>Políticas Sociais e Programas Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de Políticas e Programas Sociais • Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social • Política Social e Serviço Social • Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	<ul style="list-style-type: none"> • Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Direitos • Serviço Social, Trabalho e Questão Social • Ética, Gênero, Cultura e Diversidade
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (FUFPI)	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura, Identidade e Processos Sociais • Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	<ul style="list-style-type: none"> • Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social • Trabalho, Política e Sociedade • Direitos, Movimentos Sociais, Relações de Exploração Agrária, Urbana e de Opressão
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (FUFSE)	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social • Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)*	<ul style="list-style-type: none"> • Estado, Questão Social e Serviço Social • Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais • Gênero, Diversidade e Relações de Poder
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas • Serviço Social, Feminismo, Relações étnico-raciais e Movimentos Sociais
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	<ul style="list-style-type: none"> • Questão Social e Diversidade Humana • Teoria Social, Trabalho e Serviço Social
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Sociais, Territórios e Estado • Trabalho, Direitos e Serviço Social

Fonte: Elaborado por nós através das páginas dos Programas de Pós-Graduação (2024).

Nota: Linhas de pesquisa de 2012 a 2022, que compreendem a amostra da pesquisa.

Apesar de a região Nordeste possuir doze (12) programas de pós-graduação na área de Serviço Social, para efeitos dessa dissertação, iremos explicar um pouco apenas de quatro (04) que foram aqueles que achamos dissertações de acordo com os critérios estabelecidos para a realização da pesquisa. As quatro foram: a FUFSE, que teve duas dissertações encontradas; a UFRN, que também teve duas dissertações; a UECE com uma dissertação encontrada; e a UFAL, que também só teve uma dissertação encontrada.

- **Fundação Universidade Federal de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)⁶ foi instituído em 2011, possui conceito CAPES 4, e tem como objetivos: contribuir na formação de docentes, de pesquisadores e de assistentes sociais para o enfrentamento da questão social; contribuir para a redução de desigualdades regionais na pesquisa, *produção do conhecimento* e formação de recursos humanos altamente qualificados; formar profissionais capazes de lidar, de forma crítica, reflexiva e ética, no ensino e na pesquisa, com as diferentes expressões da questão

⁶ Informações obtidas pelo portal oficial da universidade: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=718>.

social, que emergem enquanto demandas para a profissão, tendo consciência de sua inserção na divisão social do trabalho e na trama de relações sociais que compõe a sociedade.

Além disso, iniciou-se a partir da “Associação Temporária” com o Programa de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB), o que incentiva a formação de novos programas na área do Serviço Social. O PPGSS/SE está alinhado aos valores hegemônicos na profissão, com o reconhecimento do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho indissociável; e com o reconhecimento da relação da dimensão investigativa com o trabalho dos assistentes sociais e as implicações ético-políticas dessa relação, valorizando a pesquisa e a produção de conhecimento nesse âmbito.

No lapso temporal da pesquisa aqui feita, que foi de 2013 a 2019, foram encontradas setenta (70) dissertações sobre as mais variadas temáticas do Serviço Social. As duas que compuseram a nossa amostra são intituladas de: “Estágio Supervisionado em Serviço Social: uma discussão acerca da Ética Profissional” (2014); e “A Ética no trabalho do Assistente Social: análise das particularidades das denúncias em Sergipe” (2016).

- **Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)⁷ foi instituído em 2000, possui conceito CAPES 5, e tem como objetivo geral viabilizar a qualificação de profissionais do Serviço Social e áreas afins, a investigação crítica e prepositiva, que os levem a produção de conhecimento sobre o seu exercício profissional pensado no contexto da realidade social, especialmente, no espaço societário de sua inserção, sem perder de vista a sua inserção na realidade nacional e internacional.

Além de ter a ética em uma de suas linhas de pesquisa, também possui um grupo intitulado de “Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos” que, apesar de não ser exclusivo sobre a ética, abarca a temática, dando-lhe relevância.

No lapso temporal da pesquisa foram encontradas oitenta e três (83) dissertações produzidas, porém apenas duas (02) correspondem aos critérios da pesquisa. São elas: “A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP: tendências teórico-políticas em debate” (2014); e “CONSTRUINDO HOJE, O AMANHÃ DESEJADO”: Os Ethe Político-Profissionais dos/as Assistentes Sociais – entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas” (2016).

⁷ Informações obtidas pelo portal oficial da universidade: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=376>.

- **Universidade Estadual do Ceará (UECE)**

O Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS)⁸ foi instituído em 2012, possui conceito CAPES 4 e tem como objetivos: formar docentes para o magistério superior nas áreas de Serviço Social, Trabalho e Questão Social; qualificar pesquisadores nas áreas de Serviço Social, Trabalho, Políticas Sociais recursos humanos para o planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação de políticas e programas sociais; promover o desenvolvimento de pesquisas de interesse científico, tecnológico e social e o intercâmbio em âmbito nacional e internacional na área de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.

É o primeiro mestrado em Serviço Social do Ceará, após 60 anos da instituição do primeiro curso de graduação na área, e ainda se apresenta como o único desta área específica no estado.

No lapso temporal da pesquisa foram encontradas sessenta e oito (68) dissertações produzidas, sendo que apenas uma correspondeu aos critérios estabelecidos na pesquisa. A dissertação é intitulada de “ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: A Percepção aas Assistentes Sociais sobre suas práticas profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE” (2014).

- **Universidade Federal de Alagoas (UFAL)**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)⁹ foi instituído em 2004, possui conceito CAPES 5, e tem como objetivo geral formar docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível para o ensino da pós-graduação e graduação em Serviço Social e áreas afins e para intervenção na realidade social, além de ter como um de seus objetivos específicos a consolidação da produção de conhecimento no Serviço Social.

No lapso temporal da pesquisa, foram encontradas sessenta e oito (68) dissertações produzidas. Porém, foi encontrada apenas uma dissertação que atendeu aos critérios estabelecidos, sendo ela intitulada de “OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA E AS SUAS CONFIGURAÇÕES NO DEBATE TEÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo introdutório a partir de György Lukács” (2014).

Com isso, buscamos nesse capítulo recuperar um pouco a historicidade no Nordeste, seus avanços, principalmente na área do Serviço Social, discutindo a produção do conhecimento como uma forma “introdutória” para o capítulo da pesquisa que vem a seguir.

⁸ Informações obtidas pelo portal oficial da universidade: <https://www.uece.br/mass/>.

⁹ Informações obtidas pelo portal oficial da universidade: <https://fssso.ufal.br/pos-graduacao/servico-social>.

5 UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES APROVADAS E DISPONIBILIZADAS ELETRÔNICAMENTE SOBRE ÉTICA E ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

Com a finalidade de amadurecer a reflexão acerca da ética e da ética profissional e a importância da produção do conhecimento nessa temática, este capítulo analisa qual concepção de ética trazida pelos autores, por meio da análise das dissertações aprovadas e disponíveis eletronicamente dentro da área do Serviço Social e que corresponderam aos descritores utilizados para compor a amostra. Para tanto, foram lidos os sumários, resumos, introduções e considerações finais, a fim de identificar a concepção trazida por cada autor.

A primeira dissertação, intitulada de “Estágio supervisionado em Serviço Social: uma discussão acerca da ética profissional”, foi defendida em 2014 na Universidade Federal de Sergipe por Maria Aparecida Garcia Moura. Teve como objetivo geral refletir sobre a relação entre ética e estágio supervisionado em Serviço Social.

A pesquisa foi realizada através dos periódicos: Serviço Social e Sociedade, Textos e Contextos e Katálysis. Todos os periódicos possuem o conceito CAPES A e são os principais da área do Serviço Social. O lapso temporal utilizado foi de 1990 a 2012, o que confere vinte e dois (22) anos com edições dos periódicos. Está dividida em três capítulos: o primeiro, a autora faz a discussão sobre o Serviço Social brasileiro e a construção do Projeto Ético-Político (PEP) e os seus reflexos na formação profissional; o segundo trata do conceito de ética e moral, e das diferentes perspectivas quanto à reflexão ética na profissão, por meio dos Códigos de Ética e da formação profissional; e o terceiro apresenta os resultados quanto ao levantamento e análise dos artigos selecionados, atrelado ao processo de reflexão sobre ética profissional no Serviço Social e o estágio supervisionado. As unidades de capítulo demonstram a metodologia usada, que é fundamentada na teoria social crítica.

Em linhas gerais, a referida dissertação buscou refletir sobre a ética profissional tendo como interesse analisar o estágio supervisionado, discutindo a importância da ética para a sua realização. Na introdução a autora inicia o seu percurso falando sobre a ética e, seguidamente, sobre a ética profissional. Um trecho do seu trabalho já expressa a sua concepção sobre ética:

A ética possui a finalidade de refletir sobre a vida social, seus valores e relações em uma perspectiva de totalidade social, por meio da qual se desenvolve a capacidade de realizar escolhas conscientes. O que é importante para compreensão da realidade social, em que se depara com diversos desafios em face da sociedade contemporânea, na qual se vivencia um contexto marcado por relações de desigualdade, dominação, exploração e alienação sociais, que se expressam em um conjunto de problemáticas que afligem o gênero humano. Nesse cenário, o sistema capitalista por meio da sua influência sobre a vida social busca garantir a sua reprodução, com o intuito de

adquirir poder econômico, político e ideológico, assim, interferindo no modo de viver e nas relações entre os sujeitos, incentivando o individualismo exacerbado (Moura, 2014, p. 13-14).

Como já trazemos no segundo capítulo dessa dissertação, a concepção de ética trazida pela autora está alinhada ao pensamento marxista. Podemos ver substancialmente quando ela traz a reflexão da ética na perspectiva da totalidade social, trazendo os desafios dela na contemporânea sociedade capitalista em que vivemos, que vai diretamente contra a concepção de ética que assumimos majoritariamente na profissão, pautada na reflexão crítica, longe do imediatismo do cotidiano (cotidiano este que é espaço da reflexão ética), tendo como parâmetro a igualdade social e a liberdade. A autora também reconhece que a ética não é apenas uma teoria, mas também uma práxis humana em seu conjunto, conceito esse trazido por Lukács.

No que diz respeito a ética profissional, ela argumenta que ela é uma “particularidade da ética, cuja finalidade é de nortear e regulamentar o exercício profissional” (p. 15) implicando o compromisso tanto com a sociedade, quanto com outras profissões e a própria categoria profissional. Entretanto, cabe salientar que a ética profissional não se resume apenas ao sua dimensão jurídica-normativa. Como já colocamos anteriormente, de acordo com Barroco e Brites (2022), a ética profissional possui quatro dimensões para poder compreendê-la em sua totalidade: moral-prática, filosófica, normativa e política.

Nos resultados da pesquisa, a autora aproxima-se da seguinte conclusão: que existe a ausência da discussão específica sobre a relação entre ética e estágio na produção em periódicos da amostra selecionada, apesar de constatar importantes considerações nos artigos, essenciais para o amadurecimento dessa reflexão no interior da categoria profissional. Dado esse fato, ela ressalta a importância da discussão/reflexão da ética no estágio curricular, por considerá-la indispensável para enxergar a atuação profissional frente aos obstáculos impostos pelo capitalismo, bem como o significado e compromisso do projeto profissional nessa conjuntura.

Nesse sentido, destacou-se que a reflexão ética na realização do estágio é fundamental, especialmente ao se ponderar o cenário de condicionamento do processo de formação ao mercado presente na contemporaneidade, descaracterizando o acesso ao conhecimento, que se volta para constituição de um perfil profissional habilitado para atender as necessidades de reprodução do capitalismo. Dessa forma, assistentes sociais são requisitados para atuar de maneira burocrática, pragmática, que descaracterizam e limitam as atribuições, sendo fundamentais profissionais competentes, capazes de agir ética e politicamente frente aos entraves postos pela dinâmica capitalista. Para desenvolvimento dessa capacidade o processo de formação é decisivo, devendo-se lutar por uma educação superior gratuita e de qualidade, para que não seja mero instrumento de reprodução dos ideais capitalistas (Moura, 2014, p. 147-148).

Assim, apesar de a autora trazer/fazer uma discussão em torno da ética profissional, ela não é o único foco da sua pesquisa. A ética profissional aqui está atrelada ao estágio

supervisionado, denotando a importância dela para esse processo de formação profissional dos/as assistentes sociais. Entretanto, apesar de o foco está dividido, a discussão sobre ética profissional não deixa de ser enriquecedora e expressa a concepção de ética marxista, materializada em documentos como o Código de Ética Profissional de 1993.

A segunda dissertação que compôs a nossa amostra final tem como título “OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA E AS SUAS CONFIGURAÇÕES NO DEBATE TEÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo introdutório a partir de György Lukács”. Foi defendida em 2014 na Universidade Federal de Alagoas por Débora Rodrigues Santos. Teve como objetivo geral realizar um debate mais profundo sobre a categoria ética, especialmente para a compreensão dos seus fundamentos ontológicos.

O universo da pesquisa foi majoritariamente teórico, que se deu através de dois momentos metodológicos: a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa teórica. Foi desenvolvida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, a autora fez a trajetória histórica-filosófica da ética, de acordo com a análise de Sidgwick; no segundo capítulo, apresentou a gênese ontológica da ética a partir da alternativa e do valor; e nos capítulos seguintes, discutiu do Serviço Social e a Ética por meio das relações que estabelecem, principalmente através das expressões éticas e filosóficas contidas nos Códigos de Ética profissionais.

A autora faz a discussão sobre os fundamentos ontológicos da ética, pautada no pensamento marxiano e nas contribuições de Lukács, e as configurações deste para o debate no Serviço Social, o que já denota um estudo voltado para a ética e a ética profissional em si. Ela aponta que, apesar de tanto Marx, quanto Lukács, não terem elaborado um conceito de ética em si, deixaram bases para que ela fosse construída por estudiosos que baseiam seus estudos nas obras desses autores, como é o caso da própria Maria Lúcia Barroco, o principal nome do Serviço Social quando o assunto é ética e ética profissional.

Na dissertação analisada também tem uma visão de ética profissional voltado apenas para o lado normativo, assim como sua antecessora. Em uma nota de rodapé, a autora traz uma citação de Silva (2005) que, ao diferenciar ética e ética profissional, enfatiza mais a questão de a primeira ser um “complexo da vida social”, enquanto a segunda é um “sistema normativo”. Entretanto, esse fator não faz com que se tenha uma perspectiva ética diferente da já abordada por nós e podemos ver isso através da seguinte passagem:

Na discussão das bases ontológico-materiais da ética apresentamos a gênese ontológica da ética a partir da investigação dos fundamentos ontológicos das objetivações éticas do ser social. Concluímos que os homens são seres sociais com capacidade ética de realizar mediações na relação dicotômica entre os interesses do indivíduo e da genericidade humana. Lukács (2013) analisa o trabalho enquanto

atividade central na constituição do ser social a partir do salto ontológico e tendo como categoria ontológica primordial a teleologia, não desconsiderando sua relação de interação com a causalidade que encerra o processo de objetivação e exteriorização do sujeito. Os atos do indivíduo são resultantes de tal processo que vem a subsidiar suas decisões entre as alternativas (Santos, D., 2014, p. 126).

Assim como tecemos nossa linha de raciocínio nessa dissertação apresentando as categorias trabalho, ser social e teleologia, para compreendermos a ética de forma ontológica, Moura também o fez. Além disso, no que toca a ética profissional, ela traça a trajetória histórica desde o primeiro CEP de 1947 até o atual, de 1993, enfatizando que cada um dos cinco, que também já foi por nós apresentado, corresponde ao tempo histórico em que foram elaborados/colocados em prática.

[...] Concluimos que a relação entre ética e Serviço Social é mediada pelas expressões éticas e filosóficas contidas nos Códigos de Ética profissionais. Tais expressões foram influenciadas pela perspectiva teórica vigente à época e também pelos determinantes da realidade que fundamentava a trajetória da profissão no Brasil, marcada por valores éticos consoantes com tais elementos e pelos aspectos da sua renovação profissional (Santos, D., 2014, p. 127).

A autora, fundamentada em Lessa, discorre sobre a falta de relação entre ética e política. Ela expõe de maneira sucinta, por considerar um tema com pouca literatura e polêmico, mas não deixa de concordar com o autor com relação a falta de unidade entre ética e política.

Não há uma complementaridade entre ética e política, muito menos de identidade, pois são complexos com funções sociais distintas e incompatíveis; particularmente no capitalismo, ocupam lugares diversos, já que a política se baseia em elementos que impedem a plena realização ética, como a propriedade privada, a mercadoria, a exploração do trabalho e a alienação. Para o autor, a ética só poderá existir plenamente numa sociedade emancipada: ‘nos dias em que vivemos, portanto, a ética comparece na vida cotidiana apenas e tão somente como uma brutal necessidade pela superação das alienações que brotam do capital’ (Santos, D., 2014, p. 122).

Brites e Barroco (2022) possuem um direcionamento diferente do exposto pela autora. Elas reconhecem a relação complexa existente entre a política e a ética, “uma vez que envolve modos de comportamento diferenciados que não podem ser reduzidos entre si” (*ibid.*, p. 36), entretanto, as autoras também ressaltam que a ética não pode fugir da relação com o campo político-ideológico, pois a ética não é neutra, o que a faz conectar-se, naturalmente, com projetos sociais em disputa.

Podemos dizer, então, que ética e política formam uma unidade na diversidade. Na sociedade de classes, a política é o campo da luta de classes, das lutas ideológicas entre projetos e ideias. A ética visa à objetivação de valores e à persuasão dos homens em termos de valores, o que ocorre no campo da ideologia política. Nesse sentido, a ética pode servir de parâmetro para a política na direção do estabelecimento dos valores acordados por grupos e classes que dirigem as ações (Brites e Barroco, 2022, p. 37).

Destarte da divergência apresentada, a dissertação está no campo das ideias marxistas, ancorado no pluralismo (um dos princípios do nosso CEP de 1993), o que coloca a dissertação alinhada à concepção de ética por nós defendida/trazida. Em sua conclusão, a autora coloca que a ética profissional do Serviço Social avançou significativamente, porém ainda possui diversos desafios, a exemplo da necessidade iminente de aprofundar os conhecimentos sobre a gênese ontológica materialista da ética. Esse aprofundamento pode ser lido por nós como mais produção do conhecimento na área, algo que também defendemos e buscar fomentar através da dissertação aqui escrita.

A terceira dissertação, intitulada de “A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP: tendências teórico-políticas em debate”, foi defendida na UFRN no ano de 2014 por Nilmar Francisco da Silva Santos. O objetivo geral foi identificar e analisar as principais tendências ético-teórico-políticas presentes no debate da ética na produção intelectual do Serviço Social brasileiro no período de 2010 a 2012.

A pesquisa foi feita através de uma abordagem qualitativa numa análise documental dos anais das edições do CBAS de 2010 e do ENPESS de 2012. O autor faz a discussão acerca da ética atrelada ao projeto ético-político profissional e, apesar da “divisão” na relevância da temática, ele, através de suas análises, observa a concepção de ética trazida pelos autores responsáveis pelas publicações nos dois eventos da categoria profissional citados anteriormente.

Em seu primeiro capítulo, o autor discorre sobre o projeto ético político profissional e as configurações da ética no serviço social brasileiro, através do legado deixado pela reconceituação que ocorreu no Serviço Social latino-americano na década de 1960. Ele subdivide o capítulo em eixos, abordando a crítica a ética tradicional, a ética no processo de renovação teórico-metodológica do serviço social, e renovação teórico-metodológica na perspectiva dos fundamentos ontológicos para apreensão do debate da ética. No segundo capítulo, ele trava um debate da ética na produção intelectual dos recorrentes anos que escolheu para realizar sua pesquisa, trazendo o perfil dos trabalhos de acordo com os eixos temáticos (projeto ético-político; valores e cotidiano profissional, dimensão ético-moral e política; ética direitos e fundamentos teórico-metodológicos). E, no seguinte, faz a análise do material coletado, que trataremos mais adiante.

Na introdução, o autor já ressalta a importância da ampliação da produção de conhecimento sobre a ética em si, afinal, é uma base fundamental da formação e exercício profissional, indispensável para se pensar criticamente a profissão. Para o referido autor,

É importante salientar a relevância acadêmica da pesquisa para ampliar as construções acerca da ética, uma vez que a maior parte da produção do Serviço Social nesta temática gira em torno dos limites e das possibilidades de materialização do PEP, do Código de ética, no cotidiano profissional, tendo presente seus princípios norteadores (Santos. N, 2014, p. 13).

Santos, N (2014) faz o seu debate principalmente em torno da materialização do PEP, se existe ou não uma crise para essa materialização, buscando conhecer a produção de conhecimento da temática através dos eventos organizados pelas categorias profissionais (CFESS, CRESS e ENESSO), reconhecendo que essa produção está sendo realizada. Ele chega, através de sua análise, que não tem uma crise, nem incidência de crise no âmbito da produção intelectual no que diz respeito ao debate da ética, da apreensão da ética como dimensão do PEP, mas sim um momento que exige articulação e diálogo para fortalecer o enraizamento do atual projeto político profissional, até porque o cotidiano permeado pela sociabilidade capitalista por muitas vezes faz com que os profissionais acabem não dando a devida materialidade ao PEP. Em linhas gerais, Santos, N (2014, p. 82) ressalta que:

Assim como identificamos no ENPESS e no CBAS que existe essa socialização do conhecimento, e que isso é muito positivo para a categoria, os frutos desse processo do curso de capacitação continuada e da PNE, sobretudo, com os fóruns de socialização das experiências de estágio, podem nos oferecer elementos importantes e primordiais para fortalecer e aproximar esse discurso internalizado no meio acadêmico da pertinência do PEP e de sua viabilidade histórica, dos profissionais que estão distanciados do meio acadêmico, mas, que não estão distanciados da mesma tendência que se coloca de defesa desse projeto. Significa, pois, que tal projeto está articulado em todas as dimensões da profissão, contudo, precisa sim de manutenção em um aspecto ou outro, em vista de enfrentar os reatamentos e as implicações das investidas do capital às bases do nosso projeto. Daí, advém a pertinência dessa pesquisa em mostrar que não temos crise, nem incidência de crise no âmbito da produção intelectual no que diz respeito ao debate da ética, a apreensão da ética como dimensão do PEP, mas temos sim, um momento que exige articulação e diálogo na perspectiva de fortalecer o enraizamento do atual projeto político profissional.

A quarta dissertação, intitulada de “ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: A Percepção aas Assistentes Sociais sobre suas práticas profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE”, foi defendida em 2014 por Luciana Sátiro Silva na UECE. A autora faz a discussão da ética atrelada ao exercício profissional, tendo como campo de estudos os CRAS de Fortaleza. A pesquisa foi realizada de forma empírica, através de entrevistas realizadas com os/as assistentes sociais, observação participante da atuação dos(as) profissionais, como também por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Teve como objetivo principal analisar a percepção das/dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza-CE, acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção profissional cotidiana.

Nos capítulos, a autora inicia com o primeiro capítulo abordando o objeto e os procedimentos metodológicos da pesquisa. Nos segundo e terceiro capítulos, ela tece a discussão, respectivamente, sobre o projeto ético-político e a centralidade da reflexão da ética na profissão, e sobre a política de assistência social municipal e a dimensão ética existente nos CRAS de Fortaleza (CE).

Na introdução, a autora analisa como a conjuntura sócio-histórica e político-econômica interfere no próprio Serviço Social, em uma perspectiva de totalidade. Silva (2014, p. 37) traz o processo de “intenção de ruptura”, nomenclatura usada por Netto (2015) e já trazida por nós em capítulo anterior, para dirigir-se a tentativa de romper com o tradicionalismo da profissão, que também estava presente na dimensão ética existente nesse CRAS.

Com esse processo, a profissão buscou romper com a intervenção individualizada dos sujeitos, e aproximou-se de valores societários mais progressistas e democráticos, distanciando-se de correntes favorecedoras da ordem, neutralidade e permanência das desigualdades de classes.

Para Silva (2014, p. 37-38) a ética no Serviço Social

[...] não é só uma referência teórica, engessada, de formas de atuação prática, mas é, sobretudo, a capacidade profissional que envolve um conjunto de valores e princípios ídeo-políticos afins na busca por uma sociedade justa e igualitária, sem qualquer forma de dominação e exploração humana.

Essa é a ética profissional brasileira que objetiva embasar a condução do profissional no seu cotidiano, e, nesse sentido, orienta as escolhas feitas e as respostas dadas às suas demandas diárias.

Sua concepção inicial de ética, presente na parte introdutória, além de sua explanação da sociedade capitalista exploratória, já nos mostra que a autora fundamenta sua pesquisa de acordo com a ética ontológica hegemonicamente defendida na profissão. Na dissertação, ela atrela a temática com o exercício profissional, considerando que a ética é um tema transversal, que corta as mais diversas áreas do Serviço Social. Como resultados de sua pesquisa, Silva (2014, p. 229-230) pode aproximar-se da conclusão de que:

A partir da análise dos depoimentos obtidos, da leitura de documentos oficiais e da observação realizada, nos foi possível identificar inúmeras fragilidades, no que concerne à ética profissional da assistente social no cotidiano dos CRAS de Fortaleza-CE, referente a relação instituição-profissionais.

As constatações são multifatoriais. Primeiramente, em uma leitura mais estrutural, compreende-se a existência de dificuldades da execução da política de Assistência Social articulada à estrutura capitalista brasileira, atuando mediante recursos parcos e diminutos; com ações seletivas e pontuais no atendimento à pobreza; centralizadas na transferência de renda e em ações profissionalizantes e com o cunho de controle da população pobre; ancorada na negação de direitos sociais e cidadania, exigindo da profissional uma melhor compreensão da realidade social e das contradições.

Além disso, a falta de estrutura nos CRAS – tanto de pessoal, quanto física – e o distanciamento dos profissionais dos espaços políticos, por priorizarem mais se aperfeiçoar na

política em que trabalham do que na profissão, também impactam na profissão e demonstram as fragilidades percebidas pela pesquisadora, que defende uma melhor articulação da categoria profissional, no âmbito político, teórico e prático, para que de fato a ética profissional construída ao longo dos anos seja efetivada.

A quinta dissertação, intitulada de “A ÉTICA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DAS DENÚNCIAS EM SERGIPE” foi defendida em 2016 na UFS por Ilma Cristina Silva Oliveira. A pesquisa também faz articulação entre a dimensão ética e a dimensão profissional, não sendo um estudo apenas da ética em si. A metodologia utilizada foi de caráter documental e bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando como técnica a análise as denúncias protocoladas no CRESS Sergipe e as legislações que norteiam a dimensão da ética no Serviço Social. Teve como objetivo geral analisar a origem e motivo das denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, apresentadas ao CRESS 18ª região de Sergipe.

Assim como as anteriores, possui um direcionamento ético alinhado com o MHD e com a ontologia do ser social trazida por Lukács, o que demonstra o comprometimento profissional com as legislações e projetos profissionais. Para Oliveira (2016, p. 14),

Nesse sentido, o chão teórico que vai direcionar o estudo sustenta-se no método dialético como a lente norteadora de todo processo da investigação e da análise dos dados. Partindo da análise do objeto concreto, o método dialético possibilita desvelar o fenômeno para chegar essência.

No primeiro capítulo, ela faz uma retrospectiva da trajetória história da ética no Serviço Social, da ética tradicional até a ética alinhada a intenção de ruptura. No segundo, ela adensa a discussão para a ética na contemporaneidade, falando das contribuições filosóficas de Marx, do PEP e da denúncia como instrumento público normativo de efetivação do processo democrático. Por fim, ela traz os resultados da pesquisa. Ao analisar os arquivos do CRESS 18ª região, Oliveira (2014, p. 98) verificou que, no período de 2000 a 2014, as denúncias em maior volume vieram tanto dos profissionais do Serviço Social, quanto dos usuários dos serviços sociais, esse “demonstra o nível de visibilidade do conselho junto à população”.

Entretanto, ao fazer a formalização da denúncia contra o assistente social, verificou-se que a expectativa do usuário está na garantia que sua necessidade será suprida e seu direito social garantido. A dimensão da ética, percebida tanto pelos usuários e quanto pelos profissionais de outras áreas, acaba sendo atrelada a questão comportamental, o que acarreta uma transferência de responsabilidade exclusiva para o Serviço Social. Além do mais (Oliveira, 2014, p. 98),

A partir da análise textual das denúncias, percebe-se que a insatisfação do usuário em não ter o direito social garantido é transferida para o nível da vontade individual do assistente social. [...] por outro lado, o assistente social ao formalizar uma denúncia junto ao CRESS, espera o fortalecimento e legitimidade do seu exercício profissional. E que a garantia do seu direito como profissional, previsto no Código de Ética de 1993 representa a garantia do direito do usuário, na perspectiva de que as condições éticas e técnicas do trabalho do assistente social reflete na qualidade dos serviços prestados à população.

Assim, pode-se chegar à consideração final de que a denúncia como instrumento público de defesa dos “interesses” do usuário e da profissão, é apresentada como possibilidade de observação das condições éticas e técnicas de trabalho, garantia na qualidade da prestação de serviços sociais de forma crítica e do zelo na defesa dos direitos humanos.

A sexta e última dissertação que compôs a nossa análise é intitulada de “CONSTRUINDO HOJE, O AMANHÃ DESEJADO”: Os Ethe Político-Profissionais dos/as Assistentes Sociais – entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas”, defendida na UFRN em 2016 por Jodeylson Islony de Lima Sobrinho. Está alicerçada na perspectiva crítica-dialética, a partir de uma abordagem qualitativa. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, observação e entrevistas semi-estruturadas. Como *locus* de pesquisa, optou-se por duas Instituições de Ensino Superior da cidade de Teresina (PI) que possuem o curso de Serviço Social, delineando a quantidade de 10 (dez) sujeitas que foram entrevistadas, dividindo-se em discentes e supervisoras de campo/acadêmica. Teve como objetivo geral “apreender os *ethe* político-profissionais presentes no processo da formação e do exercício profissional em Serviço Social” (Lima Sobrinho, 2016, p. 16).

Após introduzir-nos a dissertação, Lima Sobrinho (2014) traz em seu primeiro capítulo a discussão de trabalho e ética, com as velhas e novas tensões presentes nessas duas categorias. A seguir, o *ethe* político-profissional dos/as assistentes sociais, suas rupturas continuidades e tensões contemporâneas. Finaliza com o resultado da pesquisa e suas considerações finais.

Assim como na primeira dissertação analisada, o autor faz a ligação entre a ética e o estágio supervisionado, problematizando a relação entre o pensamento conservador e o marxista e seus rebatimentos no Serviço Social, apreendendo como o estágio supervisionado lida com o Projeto Ético-Político nos seus espaços de intervenções. Entretanto, diferenciando-se da primeira dissertação, a de Lima Sobrinho foca mais na questão do *ethos*, ou seja, do “modo de ser dos sujeitos, a forma como dão materialidade ao conjunto de princípios e valores – objetiva/subjetivamente – no conjunto das relações sociais” (Lima Sobrinho, 2016, p. 20), o que envolve a ética profissional, mas não foca exclusivamente nela. O *ethos* no Serviço Social vai ser consagrado através da consolidação do PEP.

A consciência ético-política da categoria profissional manifesta-se por meio da ampliação de suas estratégias políticas em prol da materialização do novo *ethos* político-profissional, marcado pelo posicionamento de negação de um histórico conservadorismo em nome da afirmação da liberdade humano-genérica.

Esse novo *ethos* é consagrado pela emergência do Projeto Ético-Político Profissional que se consolida, em suas objetivações de primeira ordem, no Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996, bem como outros instrumentais jurídico-legais os quais representam a síntese dos debates e mobilizações teórico-políticas ocorridas em período histórico ulterior, levando a uma hegemonia teórico-política no campo dessa profissão sob as bases desse *ethos* (Lima Sobrinho, 2016, p. 23).

Em seus resultados, ele aponta que existe duas tendências de *ethos* no Serviço Social: o humano-genérico e o idealista-formal, em que o primeiro está ancorado em uma perspectiva emancipadora, e o outro que fortalece o conservadorismo profissional. As expressões do *ethos* humano-genérico são os esforços para a viabilização de direitos, compreendendo a teoria e prática como a unidade que são, percebendo com as expressões da questão social se materializam no cotidiano profissional e entre outros. Já as expressões do *ethos* idealista-formal são a não compreensão da unidade teoria prática, a visão da ética profissional como subjetiva e moralizante, o caráter messiânico, entre outros.

Diante disso, é importante destacarmos que 60% das entrevistadas colocam-se no campo do *ethos* idealista-formal, enquanto que 40% compõem o *ethos* humano-genérico. O que nos leva a refletir sobre os rumos que a profissão seguirá nos próximos anos, pois é certo, ainda há uma direção hegemônica nessa 135 profissão, não implicando dizer que essa hegemonia é apresentada como a maioria em quantidade, até, porque, como as falas apontaram, as sujeitas as quais solidificam o *ethos* conservador não têm ocupado os espaços de organização política da categoria, bem como dos movimentos sociais (Lima Sobrinho, 2016, p. 134-135).

Lima Sobrinho (2016, p. 140) ainda coloca que, através das entrevistas realizadas, percebeu que as profissionais têm se mostrado “perdidos”, pois, apesar de afirmarem que estão em consonância com o projeto ético-político, “sobretudo, no que se refere à defesa intransigente dos direitos humanos e da emancipação humana”, atuam baseados em “valores abstratos, corroborando para o aprofundamento das desigualdades sociais, própria dessa sociabilidade”, ou seja, da sociabilidade capitalista.

Assim, ele reafirma a importância da ética na perspectiva da ontologia do ser social dentro do Serviço Social, por considerá-la um elemento fundamental para as relações sociais vigentes, finalizando da seguinte forma:

Diante desse conjunto de determinações aqui expostas, o grande desafio ético que se coloca no seio da categoria e da sociedade comprometida com o *ethos* humano-genérico é exatamente o de confrontar a moralidade dominante, apreendendo a ética, na perspectiva da emancipação humana, como parte do exercício profissional (Lima Sobrinho, 2016, p. 142).

Portanto, em algumas dissertações houve o apontamento sobre polêmicas existentes sobre a compreensão dos fundamentos ontológicos da ética, por parte dos profissionais, e sempre ressaltando a importância de estudos na temática da ética/ética profissional, afinal, é uma dimensão importante para o Serviço Social, principalmente por sua transversalidade, que acaba abarcando outras temáticas. Podemos enxergar as “polêmicas” pela ótica do pluralismo, um dos princípios fundamentais do CEP de 1993, pois, apesar de interpretações distintas de acordo com cada autor, elas ainda estão no campo do conhecimento crítico, o que enriquece ainda mais a produção de conhecimento profissional.

Dessa forma, as 06 (seis) dissertações trazem o conceito de ética ancorado no marxismo, o que demonstra o direcionamento teórico e político alinhados. Porém, podemos perceber que apenas 02 (duas) discutem mais a questão da ética em si, enquanto as outras atrelam a dimensão ética a outros temas, como o PEP e o exercício profissional. Sobre a ética profissional, podemos perceber que se existe a visão da sua dimensão normativa, não se aprofundando nas dimensões moral prática, filosófica e política. É de suma importância enxergar a ética profissional para além do CEP, que atualmente é o de 1993, já que para a própria construção deste, necessitou-se das articulações das entidades profissionais, levando em consideração as dimensões referidas anteriormente.

Entretanto, ainda é pouca a produção de conhecimento sobre ética e ética profissional no âmbito da pós-graduação. Não podemos deixar de destacar as excelentes contribuições de Barroco (que possui 3 livros na temática), as edições comemorativas de 30 anos de periódicos, como por exemplo a revista Serviço Social em Perspectiva e do projeto “Ética em Movimento” promovido pelo CFESS. Discutir a ética é de extrema importância para o exercício e formação profissional, pois é ela que nos orienta a agir de forma crítica, direcionando ao projeto profissional que busca a emancipação humana, a liberdade e a justiça social. Então, o principal motivo para a construção dessa dissertação é justamente fomentar a produção do conhecimento sobre a temática no âmbito da pós-graduação, por considerar este espaço fundamental para a realização e socialização de pesquisas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção da dissertação, levamos em consideração dissertar sobre a atual conjuntura e, para tanto, fez-se necessário o resgate histórico, social e econômico, passando principalmente pelas crises do sistema capitalista que afetam diretamente a ética, a produção do conhecimento e o trabalho do assistente social. Montado esse chão, conseguimos caminhar na discussão sobre a produção do conhecimento sobre ética e ética profissional no Serviço Social, tendo as dissertações de discentes das universidades públicas do Nordeste como nossa principal fonte.

Desse chão, almejamos dar a nossa contribuição para o fomento da produção do conhecimento na temática, mesmo com algumas limitações. No início, colocamos como um dos nossos objetivos específicos identificar se tinha a crítica ao conservadorismo nas dissertações analisadas, porém, apesar de o fato delas estarem respaldadas na teoria social crítica já nos mostra uma direção contrária ao conservadorismo, acabamos por não aprofundar muito a temática, cabendo discutir um pouco, aqui nas considerações finais, o que é o conservadorismo e a nova roupagem que ele assume na contemporaneidade.

No conservadorismo clássico, como coloca Netto (2011) a partir dos seus estudos, tem-se que boa parte dos analistas dessa doutrina aponta que seu processo se inicia a partir da Revolução Francesa, ou seja, é uma resposta a tudo que essa Revolução representa. Isso acontece, pois, no início, conservadorismo e burguesia (responsáveis pela Revolução Francesa) eram dois opostos. Enquanto a Revolução Francesa veio com o pressuposto de exigir o reconhecimento e a garantia de seus direitos políticos; defesa da soberania popular e a igualdade de nascimento; e mudanças nas estruturas econômicas, buscando maior liberdade econômica, o conservadorismo visava conservar a ordem, a tradição e a continuidade, opondo-se aos pressupostos da burguesia. Entretanto, após as revoluções que ocorreram em 1848 (a primavera dos povos), a função histórica do conservadorismo muda e ele se torna um sustentáculo ideológico da sociedade erigida pela revolução burguesa.

O conservadorismo também impacta culturalmente na sociedade, local em que muito dos valores (e conseqüentemente, a moral e a ética) são formulados. Netto (2011, p. 40-41) diz que:

o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa [...] em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instancias sociais.

Os principais pensadores do conservadorismo são Edmund Burke, Max Weber, Émile Durkheim e Alexis de Tocqueville. A termos de estudo, focaremos em Burke para poder servir-nos de exemplo claro dos principais valores do conservadorismo. De acordo com Netto (2011, p. 60-63), esses valores podem ser resumidos em: “só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição; a liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita; a democracia é perigosa e destrutiva; a laicização é deletéria; a razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social; a desigualdade é necessária e natural”.

Quando falamos de contemporaneidade, o conservadorismo clássico se transmuta em um neoconservadorismo, não por mudanças radicais em sua essência, mas sim pelo agudizamento dessa. Na realidade brasileira, o neoconservadorismo vai ser representado pela moral cristã evangélica, servindo ao atual estágio de acumulação do capital, pois valoriza ao individualismo, segregação de grupos minoritários, além do apelo ao dinheiro. De acordo com Sierra, Veloso e Zacarias (2020, p. 62):

[...] o neoconservadorismo inova porque se distancia do modelo Europeu, e se aproxima do modelo político norte-americano, que associa a moral cristã evangélica com a defesa das armas. Desse modo, o que poderia parecer uma contradição exacerbada acaba se constituindo nos pilares do neoconservadorismo, visto que apresenta, em sua proposta, a religião como instrumento de integração social e o código penal como elemento de defesa da sociedade de livre mercado.

O neoconservadorismo está aliado a ascensão da extrema-direita, tanto a nível nacional quanto internacional, expressando os interesses desta de manter na subalternidade todos as minorias. Sierra, Veloso e Zacarias (2020, p. 63), coloca que, neste sentido

os neoconservadores oferecem um novo modelo de vigilância e de controle social que remete ao patriarcado. A política educacional é um de seus alvos principais. Iniciativas de valorização da abstinência sexual, combate ao aborto e ao reconhecimento do casamento gay, ou qualquer ação em favor das minorias são rechaçadas. A disputa neoconservadora não se concentra apenas sobre o econômico, mas se estabelece como disputa cultural.

A retomada a um pensamento conservador mexe de maneira significativa com os valores de uma sociedade, em que as mulheres, a população LGBTQIAPN+, os negros, são colocados como “ruins”, “problemáticos” e até mesmo “imorais”. Assim, a moralidade é afetada e o estudo dessa, ou seja, a ética, também.

Com esse breve resgate do que se entende por conservadorismo/neoconservadorismo, podemos compreender melhor que, ao vermos que os autores das dissertações analisadas não estão em consonância com tal perspectiva, apesar de que, nas dissertações que teve como *locus* de pesquisa os espaços sócio-ocupacionais, ela possa ter se materializado na conduta de alguns

profissionais, o que reforça ainda mais a necessidade de se continuar a falar e pesquisar sobre ética e ética profissional.

Além do mais, discutir ética no Serviço Social é bastante desafiador, pois, apesar de ser um tema transversal nas diversas áreas de atuação do profissional, a ética em si e a ética profissional não possuem tantos trabalhos publicados, sejam eles dissertações (como vimos na nossa pesquisa), artigos e até mesmo livros. Também é uma discussão que tem como grande destaque a filosofia, o que requer bastante maturação teórica e reflexões, o que, no pouco espaço de tempo que temos para a construção da dissertação, acaba por ser bastante desafiador.

Buscamos, durante os quatro capítulos que compuseram essa dissertação, estabelecer o debate, inicialmente, em torno da conjuntura, por entender que ela não está descolada do nosso objeto de estudo. Após o primeiro capítulo, adentramos no segundo com a discussão da ética e serviço social, atrelando também o debate da ética profissional, vendo a caminhada história da ética a nível mundial, até chegarmos numa ética ontológica, presente tanto no Projeto Ético-Político Profissional, quanto no Código de Ética de 1993. No terceiro capítulo, discutimos sobre a produção do conhecimento e a importância deste para o reconhecimento do Serviço Social como área do conhecimento, dando destaque aos programas de pós-graduação do Nordeste, solo fértil de estudos e pesquisa. Por fim, fizemos a análise das dissertações que atenderam aos critérios da pesquisa, percebendo que, apesar de pequena a produção de conhecimento sobre a temática da ética e da ética profissional, essas estão ancoradas numa perspectiva crítica, que refuta o conservadorismo, e se alia a uma ética com valores emancipatórios.

Sigamos na fortificação e ênfase na materialização dos princípios fundamentais elencados no Código de Ética de 1993, tanto na produção do conhecimento, quanto nos espaços sócio-ocupacionais e no aprofundamento dos estudos sobre a ética no Serviço Social e a ética profissional deste. Salientamos que o debate não termina aqui, ainda temos muito chão pela frente. Esperamos que essa dissertação fortaleça o debate na agenda profissional sobre a ética e a ética profissional e estimule novas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS – ABAS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, 1947**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf. Acesso em: 22 mar.2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Cadernos ABESS. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **História**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 10. De fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Home/GTPs**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ALVES, G. Trabalho, Corpo e Subjetividade: Toyotismo e Formas de Precariedade no Capitalismo Global. **Revista Fiocruz: Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, n. 2, 2005, p. 409-428.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço social: Fundamentos Ontológicos**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, v. 4, 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. LRF – Lei da Responsabilidade Fiscal. **Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação**, Brasília, 4 ed. p. 9 – 78, 2005.

BRASIL. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do assistente social. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília, 2010.

BRITES, C M; BARROCO, M. L. S. **Serviço Social e Ética profissional: fundamentos e intervenções críticas**. São Paulo: Cortez, v. 9, 2022.

BEHRING, E. R; CISLAGHI, J. F; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In: Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegantes Publicação, 2020, p. 103-122.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de diretos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, M. E. S; MATOS, M. C. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In: Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. (org.). BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C; FREIRE, S.M.F. Uberlândia: Navegantes Publicação, 2020, p. 71-88.

CANTALICE, L. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Aurora*, v. 6, n. 6, ago. 2010.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CISLAGHI, J. F. Crise do capital e ultraneoliberalismo: a capitalização da previdência social no Brasil. *In: Neofascismo no Poder (Ano I)*: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. (orgs.). CISLAGHI, J. F. DEMIER, F. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 179-205.

CONEPEN – Conhecer e Pensar. Sobre ética com Marilena Chauí. Palestra. YouTube, 19. mai. 2024. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=LJ2hJ6p4aPY&t=3701s&ab_channel=Conepen-ConhecerePensar. Acesso em: 16. jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Código de ética profissional, 1965**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf . Acesso em: 22 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Código de ética profissional, 1975**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf . Acesso em: 22 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Código de ética profissional do assistente social, 1986**. Disponível em:
https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf . Acesso em: 22 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O Código de ética profissional do assistente social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso: 27. jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social, volume 2**. 2014. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 10. jun. 2024.

COPELLO, *et al.* Ética Serviço Social: Uma reflexão acerca dos onze (11) princípios fundamentais do código de ética da (o) assistente social de 1993 em tempos de resistência. *In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 16., 2019. Rio Grande do Sul. *Anais [...]*. Rio Grande do Sul. 5. ed, n. 16., 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/445>. Acesso: 26 jan.2022.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FÉRRIZ, A. F. P; PATRIOTA, L. M. SILVEIRA, S. A. S. (org). **O curso de Serviço Social da UEPB**: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. 21 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANEMANN, S. Necessidades da Acumulação Capitalista. *In: Revista Inscrita*, CFESS. v. 6, n. 9, 2004. p. 29-32. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__9__. Acesso em: 07 jun. 2024.

GUEDES, O. S. Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, 23 maio, v. 15, n. 1, p. 28-42. 2016.

GUERRA, Y. **Investigação social e serviço social**: novos processos de produção do conhecimento, 1998. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-145.pdf>. Acesso: set. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. *In: Serviço Social na História*: América Latina, África e Europa. (orgs.). YAZBEK, M.C; IAMAMOTO, M.V. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (reimpressão: 2002).

LEWGOY, A. M. B; SERPA, M. A. Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional: Tendências e Perspectivas da Produção do Conhecimento do Serviço Social. *In: GUERRA, Y. et al. Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 175-215.

LIMA SOBRINHO, J. I. **Construindo hoje, o amanhã desejado: Os Ethe Político-Profissionais dos/as Assistentes Sociais – entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Natal, 2016.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciência Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978, p. 1-20.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. *In: Neofascismo no Poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. (orgs.). CISLAGHI, J. F. DEMIER, F. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 179-205.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálisis*. UFSC: Florianópolis, v. 16, 2013, p. 17-27.

MOURA, M. A. G. **Estágio supervisionado em serviço social: uma discussão acerca da ética profissional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. São Cristóvão, 2014.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil Pós-64**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, I. C. S. **A Ética no trabalho do assistente social: análise das particularidades das denúncias em Sergipe**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. São Cristóvão, 2016.

PAIVA, B. A. Algumas considerações sobre Ética e Valor. *In: Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. (orgs.). BONETTI, D. A. *et al.* Cortez Editora, São Paulo, 2001.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Instituição de ensino**. 2024. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000> . Acesso em: 09 de Fev. 2024.

POLESE, P. Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 14, n. 37, 2016. DOI: 10.12957/rep.2016.25393. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/25393> . Acesso em: 9 jun. 2024.

RAICHELIS, R. Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético-político. *In: Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. (orgs.). YAZBEK, M.C; IAMAMOTO, M.V. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, D. R. **Os fundamentos ontológicos da ética e as suas configurações no debate teórico do serviço social: um estudo introdutório a partir de György Lukács**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2014.

SANTOS, N. F. S. **A ética na produção intelectual do serviço social e o PEP: tendências teórico-políticas em debate**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Natal, 2014.

SENA JÚNIOR, C. Z; MIGUEL, L. F; FILGUEIRAS, L. O terceiro governo Lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, [s.l], v. 36, p. 1-10, 2023.

SIERRA, V. D; VELOSO, R. S; ZACARIAS, E. C. P. Neoconservadorismo, Estado e Vigilância. *In: Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. (orgs.). BRAVO, M. I. S; MATOS, M. C; FREIRE, S.M.F. Uberlândia: Navegantes Publicação, 2020, p. 53-70.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SINASEFE), 2024. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/greve-2024adesao/>. Acesso em: 10. jun. 2024.

SIMÕES, C. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. (orgs.). BONETTE, D. A. *et al*, São Paulo, Cortez. 2 ed. 1998.

SILVA, A. X; MATIAS, T. S. C; NÓBREGA, M. B. Pesquisa e Conhecimento da Realidade no Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, v. 18, n. 35, jan./jun. 2018, p. 105-118.

SILVA, L. S. **Ética e serviço social**: a percepção das assistentes sociais sobre suas práticas profissionais nos centros de referência de assistência social de Fortaleza-CE. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará. Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Fortaleza, 2014.

SILVEIRA JUNIOR, A. A. Notas para uma história de emergência do Serviço Social na particularidade do Nordeste. *In: A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. (org.). SILVEIRA JUNIOR, A. A. Curitiba: CRV, 2021.

SOUSA, A. A. S. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea?. **Revista Temporalis**, Recife. Universitária da UFPE, v. 5, n. 10, jul./dez, p. 51-81, 2005.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lucaks, 2013a.

TONET, I. Teoria Social Crítica: do que se trata? *In: ALCANTARA, M. N; PIMENTEL, E; SOUZA, R. M. Em defesa do pensamento crítico*: relações sociais, trabalho e política. Maceio: Edufal, 2013b.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1975.

VIEIRA, R. O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília: Editora ANDES, n. 64, p. 90-101, 2019.

YAZBEK, M. C; IAMAMOTO, M. V. Introdução. *In: Serviço Social na História*: América Latina, África e Europa. (orgs.). YAZBEK, M.C; IAMAMOTO, M.V. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, C. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In: Serviço Social e seus fundamentos*: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 47-84.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO – COLETA DE DADOS

INSTITUIÇÃO/NOME DO PROGRAMA	ANO DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	AUTOR (A) (S)	CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO	COMENTÁRIOS DA PESQUISADORA SOBRE AS DISSERTAÇÕES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	2014	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA ÉTICA PROFISSIONAL	MARIA APARECIDA GARCIA MOURA	Tece a discussão sobre a temática da ética dentro do âmbito do estágio supervisionado, pesquisando nos principais periódicos do Serviço Social se existe a produção do conhecimento acerca da temática, em que a autora relata a sua ausência. A pesquisa foi realizada em três importantes periódicos do Serviço Social, no lapso temporal de 1990-2012 e tem o caráter qualitativo. Em suas considerações finais, a autora constatou em sua análise a ausência da discussão específica a respeito da relevância da ética no desenvolvimento do estágio supervisionado e direcionou para a importância desta.	Moura faz uma rica discussão, correlacionando a ética profissional e o estágio supervisionado, chamando a atenção da categoria profissional para a temática, que é tão importante, principalmente por se tratar de um momento de formação profissional. A pesquisa se utiliza da teoria social crítica, com os aportes da ética considerada marxista, utilizando autores como Abramides, Barroco, Brites, Cardoso e Vazquez.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	2014	OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA E AS SUAS CONFIGURAÇÕES NO DEBATE TEÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo introdutório a partir de György Lukács	DÉBORA RODRIGUES SANTOS	Tece a discussão sobre a ética em si e como ela é trazida para o debate no Serviço Social, tendo como base os estudos de Lukács. A pesquisa foi classificada como bibliográfica e teórica, utilizando também os Códigos de Ética da profissão de 1986 e 1993. Foi uma pesquisa que teve como foco principal contribuir com as discussões profissionais acerca do tema, ressaltando que a temática não se esgotada na dissertação apresentada.	A dissertação faz um rico debate sobre os fundamentos ontológicos da ética, que é de suma importância para a compreendermos dentro de uma perspectiva crítica, ancorada em uma ética marxista. A autora utiliza-se de autores como Lukács, sua base principal de pesquisa, além de outros nomes, como Maria Lúcia Barroco, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Cristina Maria Brites.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM	2014	ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE SUAS PRÁTICAS	LUCIANA SÁTIRO SILVA	Tece a discussão de como a ética é vista pelos profissionais que atuam nos CRAS de Fortaleza – CE. A autora utilizou-se de uma pesquisa quali-quantitativa, através de material bibliográfico e entrevista com alguns dos profissionais do Serviço Social que atuam nesse órgão. Em suas considerações finais, ela relata	Apesar de a dissertação ser direcionada para um local específico – no caso os CRAS de Fortaleza – isso não tira o mérito de a dissertação nos proporcionar um conteúdo que aborde a temática da ética, mostrando que a autora se utiliza de uma

SERVIÇO SOCIAL		PROFISSIONAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA -CE		as fragilidades, no que concerne à ética profissional no cotidiano dos CRAS de Fortaleza-CE, referente a relação instituição-profissionais.	ética considerada marxista, considerando também a existência do Projeto Ético-Político, projeto este de extrema importância para um fazer profissional alinhado com a classe trabalhadora. Em suas referências, ela utiliza autores como Abramides, Barroco, Heller e Lukács.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	2014	A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP: tendências teórico-políticas em debate	NILMA FRANCISCA DA SILVA SANTOS	Tece a discussão sobre as principais tendências ético-teórico-políticas presentes no debate da ética na produção intelectual do Serviço Social brasileiro no período de 2010 a 2012, utilizando como locus da pesquisa os anais das últimas edições do CBAS e ENPESS dos referidos anos. A análise do autor resultou no reforço da união das categorias profissionais para expandir o debate sobre a ética e o Projeto Ético-Político, na perspectiva de ultrapassar os ditames, muitas vezes conservadores, da conjuntura social.	A dissertação faz a discussão sobre o debate da ética na categoria profissional, focando principalmente na questão do Projeto Ético-Político, importante ferramenta para um fazer profissional crítico, apontando alguns entraves de apreensão deste pelos profissionais da área. O autor utiliza-se da teoria social crítica para tecer sua pesquisa, baseando-se nos fundamentos ontológicos da ética e utilizando-se de autores como Barroco, Lukács e o Código de Ética de 1993.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	2016	A ÉTICA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DAS DENÚNCIAS EM SERGIPE	ILMA CRISTINA SILVA OLIVEIRA	A dissertação teve como objetivo principal analisar a origem e motivo das denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, apresentadas ao CRESS 18ª região, localizado em Sergipe. Para isso, a autora utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica para tecer sua discussão. Em suas considerações finais, a autora identificou que a denúncia como instrumento público de defesa dos “interesses” do usuário e da profissão.	A dissertação traz a discussão da ética profissional, principalmente no que toca as denúncias éticas contra a/o assistente social. A autora situa a profissão no marco do capitalismo monopolista, utilizando-se da perspectiva crítica para nortear a pesquisa. Tem-se a presença de autores como Barroco, Lukács e Netto, que são referências para a discussão crítica no Serviço Social.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM	2016	“CONSTRUINDO HOJE, O AMANHÃ DESEJADO”: Os <i>Ethe</i> Político-Profissionais dos/as Assistentes Sociais – entre rupturas,	JODEYLSON ISLONY DE LIMA SOBRINHO	A dissertação buscou apreender os <i>ethe</i> político-profissionais presentes no processo da formação e do exercício profissional em Serviço Social. Para isso, o autor utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas, realizadas em duas instituições de ensino superior na cidade de Teresina –	A discussão presente na dissertação foca na ética profissional dos/das assistentes sociais, entre suas tensões e continuidades, fazendo uma trajetória desde a categoria trabalho, passando pelo capitalismo, e chegando aos conceitos da ética conservadora e da ética

SERVIÇO SOCIAL		continuidades e tensões contemporâneas		<p>PI. Nos resultados, o autor constatou a adesão de alguns profissionais ao Projeto Ético-Político da profissão, mas também constatou um conflito de <i>ethos</i> político-profissionais, em que um vai na direção crítica e o outro na direção conservadora.</p>	<p>marxista. O autor utiliza-se da perspectiva crítica, através de suas análises e autores como Barroco, Antunes, Marx e Lukács.</p>
----------------	--	--	--	--	--